

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM
TRINTA DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS**

--- Aos trinta de setembro de dois mil e dezasseis reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas dez horas e trinta minutos, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, estando ainda presentes Paula Cristina Mourinho Belbut Gonçalves e Nélia Maria Gouveia Vieira Aguiar, como Primeira e Segunda Secretárias, bem como os seguintes Deputados Municipais:-----

--- **Grupo Municipal Mudança** - António José Gouveia Gomes (PS), Carlos Alejandro da Câmara Figueira (PTP), Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira (PS), Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar (PS), Guida Maria Barcelos Martins (PS), Guida Maria Vieira Martins (BE), Guido Marcelino Mendonça Gomes (PS), José Gabriel Pereira Oliveira (PS), José Juvenal Nunes Rodrigues (PS), Micaela Gomes Camacho (PS), Paulo Bruno Rodrigues Nunes Ferreira (PS), Roberto Paulo Ferreira Vieira (MPT), Sérgio Juvenal de Jesus Abreu (PS) e Sílvia Maria Mota Marques Ferreira (PAN). -----

--- **Grupo Municipal do CDS/PP** – Américo João da Silva Dias, Filomena Maria Teixeira Gonçalves, Gonçalo Nuno Pimenta Camacho e José Maria Abreu Barros. -----

--- **Grupo Municipal do PCP/PEV-CDU** – Herlanda Maria Gouveia Amado, Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues e José Carlos Rodrigues Ferreira. -----

--- **Grupo Municipal do PPD/PSD** – Ana Patrícia Correia Brazão de Castro, Carlos Alberto Rodrigues, José António Freitas Rodrigues, José Jorge A. Camacho, Lívio Rómulo Soares Coelho, Luís Miguel Moura de Sousa, Marco Alexandre R. P. Fernandes, Maria Idalina Fernandes Silva, Marisa Maria P. Santos e Costa, Pedro Miguel Abreu Santos Gouveia, Raquel João Martins da Silva, Robert Miguel Andrade de Castro, Rosa Maria Lopes Cravidão Gouveia de Oliveira, Rui Alberto Garanito Santos, Rui Nuno Barros Cortez e Sílvia Marlene Pereira Rodrigues.-----

--- **INDEPENDENTES** – Ana Patrícia da Silva Oliveira, Donato Paulo Vares Macedo e Eduardo Pedro Welsh. -----

--- **VEREADORES AUSENTES** – Bruno Miguel Camacho Pereira e João José Sales F. Correia do PPD/PSD respetivamente. -----

--- Mais se verificou a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, e dos Senhores Vereadores: Idalina Perestrelo Luís, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Domingos Manuel Martins Rodrigues; Énio Dionisio Vieira Martins, João José Nascimento Rodrigues, José Manuel Sousa Rodrigues e Vanda Maria de Fátima de Sousa França Correia de Jesus. -----

--- Esteve também presente a funcionária da autarquia Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, designada para elaborar as atas das sessões da Assembleia Municipal. -----

--- **Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** abriu a sessão, dando conhecimento do seguinte expediente: -----

1. PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO: -----

1.1. O Deputado Municipal Manuel Nélio Vicente Pereira, eleita pelo GMM, indicado pelo PS, comunicou a sua ausência sendo substituído por Sérgio Juvenal Jesus Abreu. -----

1.2. O Deputado Municipal Edgar Freitas Gomes Silva, eleito pelo PCP/PEV-CDU foi substituído por José Carlos Rodrigues Ferreira. -----

1.3. O Vereador Artur Alberto Fernandes Andrade, eleito pelo PCP/PEV-CDU, foi substituído por Énio Dionisio Vieira Martins. -----

1.4. O Deputado Municipal Pedro José Jardim Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituído por Robert Miguel Andrade de Castro, Vogal da referida Junta. -----

1.5. O Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, eleito pelo PPD/PSD,



comunicou a sua ausência sendo substituído por Ana Patrícia C. Brazão de Castro. -----

1.6. O Deputado Municipal Carlos Alberto de Freitas Andrade, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Sílvia Marlene Pereira Rodrigues. -----

1.7. O Deputado Municipal David João Rodrigues Gomes, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituído por José Jorge A. Camacho. -----

2. PEDIDOS DE SUSPENSÃO: -----

2.1. Lino Ricardo Silva Abreu e Maria João Ramos de Freitas Araújo de Sousa Tomás Freitas, eleitos pelo CDS-PP, solicitaram a suspensão do mandato pelo período de três meses, sendo substituídos por José Maria Abreu Barros. -----

3. O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a **Ata da Sessão Ordinária de vinte e sete de junho de dois mil e dezasseis, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade com trinta e sete votos a favor**, sendo treze votos do GMM, treze votos do PPD/PSD, cinco votos do CDS/PP, três votos do PCP/PEV-CDU e três votos dos Deputados Independentes. -----

4. EXPEDIENTE: -----

4.1. Convites enviados ao Presidente da Assembleia: -----

- O Presidente da Câmara do Funchal enviou os seguintes convites: -----

- Reabertura do museu A Cidade do Açúcar, que se realizou no dia quatro de julho de dois mil e dezasseis. -----
- Comemorações do 508º Aniversário da Cidade do Funchal, que se realizou no dia vinte e um de agosto de dois mil e dezasseis. -----
- Bênção da Capela Mortuária do Monte, que se realizou no dia trinta e um de agosto de dois mil e dezasseis. -----
- Inauguração da exposição "Mundo Alternativo" de Marcos Milewski, que se realizou no dia seis de setembro de dois mil e dezasseis. -----

- Cerimónia do 128º Aniversário dos Bombeiros Municipais do Funchal, que se realizou no dia vinte e quatro de setembro de dois mil e dezasseis. -----
 - Lançamento do Funchal Card, que se realizou no dia vinte e sete de setembro de dois mil e dezasseis. -----
 - Inauguração do Skate Park do Funchal, que se realizou no dia vinte e oito de setembro de dois mil e dezasseis. -----
 - II Congresso Internacional de Turismo da Madeira, que se realizou no dia trinta de setembro de dois mil e dezasseis. -----
- O Presidente da Câmara Municipal de Porto Moniz enviou os seguintes convites: -----
- Sessão Solene do Dia do Concelho, que se realizou no dia vinte e dois de julho de dois mil e dezasseis. -----
 - Semana do Mar, que se realizou de vinte e cinco a trinta de julho de dois mil e dezasseis. -----
- O Presidente da Assembleia Municipal de Machico enviou um convite para o Encontro com os Antigos Presidentes da Assembleia Municipal, que se realizou no dia vinte e três de julho de dois mil e dezasseis. -----
- O Presidente da Câmara Municipal de Machico enviou um convite para a Abertura Oficial da 31ª Semana Gastronómica, que se realizou no dia vinte e nove de julho de dois mil e dezasseis. -----
- O Presidente da Junta de Freguesia de São Roque enviou um convite para a sessão de abertura oficial da "Festa da Nossa Senhora da Alegria", que se realizou no dia sete de agosto de dois mil e dezasseis. -----
- O Presidente da Câmara Municipal de São Vicente enviou um convite para a Sessão Solene comemorativa do 272º Aniversário do Município, que se realizou no dia vinte e cinco de agosto de dois mil e dezasseis. -----



- O Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho enviou um convite para a abertura oficial do XIX Festival de Folclore de São Martinho, que decorreu nos dias dois e três de setembro de dois mil e dezasseis. -----

- O Presidente da Câmara Municipal da Ponta do Sol enviou um convite para a Sessão Solene do 515º aniversário do concelho, que se realizou no dia oito de setembro de dois mil e dezasseis. -----

- A APAM – Associação Portuguesa dos Autarcas Monárquicos enviou um convite extensivo a todos os Deputados Municipais, a fim de estarem presentes na 2ª. Convenção Autárquica Nacional, que se realizará na Sala da Assembleia Municipal, no próximo dia vinte e um de outubro de dois mil e dezasseis. -----

5. Pedidos de intervenção reencaminhados à CMF: -----

5.1. Do Deputado Municipal Donato Paulo Vares Macedo pedido de informação e documentação sobre vários assuntos. -----

5.2. Do CDS-PP requerimento a solicitar listagem de admissões na empresa Frente MarFunchal. -----

5.3. PCP/PEV: -----

- Pedido de esclarecimento sobre a estabilidade e segurança de terrenos na freguesia do Monte. -----

- Pedido de verificação do contador de água de José Manuel Viveiros. -----

- Pedido de esclarecimento sobre carência habitacional de: -----

- Maria Mercês Vieira de Abreu de Sousa. -----
- Teresa Maria Silva Nunes. -----
- Maria de Jesus Sousa Pereira. -----
- Elisa da Mata Rodrigues. -----

- Pedido de intervenção em conduta de saneamento básico junto à Torre 62 do Bairro da

Ajuda. -----

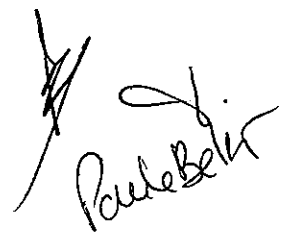
--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP** interpelou a Mesa para sublinhar que para além de só no dia anterior àquela Assembleia, obterem resposta do Executivo da Câmara, assinada pelo Senhor Presidente Paulo Cafôfo, sobre o requerimento apresentado por aquele grupo municipal, solicitando a lista com os nomes e as funções das pessoas que foram contratadas pela Empresa Municipal Frente MarFunchal, durante os últimos doze meses, não obtiveram uma resposta vinculativa nomeadamente no que diz respeito ao nome das pessoas. -----

Sublinhou ainda, que aquela solicitação resultou pelo facto de no último ano o número de contratações naquela Empresa Municipal ter aumentado e o que o CDS-PP pretende é, de acordo com a Lei nº 67/98 da Comissão Nacional de Proteção de Dados e em conformidade com o Artigo 3º, nº 3, alínea a) e alínea b), do Regimento daquela Casa, que o Senhor Presidente da Câmara esclareça os Funchalenses com a transparência que tanto defende. Terminou, apelando ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para que a sua figura de estilo naquela Casa, se torne mais reivindicativa no cumprimento do Regimento em termos de prazos regimentais nas respostas aos Grupos Municipais, para que não se repitam situações futuras. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que segundo o Regimento, o Senhor Presidente da Câmara tem até um mês para responder e entregar à presidência da Assembleia Municipal o pedido solicitado pelo grupo municipal, ficando esta com dez dias para facultar essa resposta ao grupo municipal requerente. -----

Como tal, a resposta enviada só excedeu um dia de limite, uma vez que o pedido foi solicitado a dezoito de agosto, passados os trinta dias deu dezoito de setembro e com os dez dias deu vinte e oito dias de setembro. -----

Quanto ao desagrado do teor da resposta, referiu que se a mesma não satisfaz o Grupo



Municipal do CDS-PP, este tem sempre a prerrogativa de voltar a fazer um segundo pedido, insistindo na clarificação das questões que entende não estarem devidamente esclarecidas. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Donato Paulo Vares Macedo, Independente** também interpelou a Mesa para secundar completamente o registo do Senhor Deputado Gonçalo Pimenta, relativamente ao pedido de informação que ele formulou. -----

Porque na última sessão ordinária daquela Assembleia de vinte e sete de junho, também fez uma série de pedidos os quais resumiu-os por escrito no dia seis de julho e pelas datas nele referidas, julga que estiveram a *marinar* durante uma semana na presidência daquela Assembleia, tendo recebido parcialmente a informação pretendida, só no dia anterior à tarde. -----

Por isso protestou de forma veemente, porque durante anos a fio, todos ali presentes, reclamaram esse mesmo problema por parte da força hegemónica do PSD, e hoje em dia na Câmara da Mudança veem estas questões a serem novamente recolocadas recorrentemente. -----

Assim, solicitou alguma elevação da parte de todos e que pelo menos na parte de informação sejam um bocadinho sérios e transparentes porque é isso que todos de boca aberta ali reclamam. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** explicou que aquela questão tem um contexto um pouco diferente da situação do CDS-PP, porque de facto aquele pedido entrou no dia seis de julho e só no dia treze de julho o remeteu ao Senhor Presidente da Câmara, facto pelo qual se penitencia. Porém, refutou a acusação de o mesmo ter estado a *marinar* naquela Assembleia, porque não teve nenhuma intenção de fazer um veto de gaveta ao mesmo, apenas coincidiu com um período de muitos plenários na Assembleia Legislativa Regional, que por fruto da sua presença na mesma e do tempo que teve de despender para

preparar os plenários, não lhe foi possível comparecer no gabinete da Assembleia Municipal. -----

Contudo, assegurou-lhe que durante esse período insistiu pessoalmente junto da Vereação, para que a resposta fosse formulada e dada. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

INSCRIÇÕES: -----

1 – A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU

começou por referir que também colocaram por escrito no dia dezanove de agosto um conjunto de preocupações que lhes foram postas por alguns dos moradores residentes no Sítio dos Poços, freguesia do Monte e que também por a resposta tardar, deu azo a que esses mesmos moradores se dirigissem ao Município e entregassem um abaixo-assinado. Por consequência, no próprio dia ficaram a saber, pela comunicação social, que havia um conjunto de respostas que a Autarquia remetia para aquela sessão da Assembleia Municipal. -----

Como tal, gostariam de saber se já é possível obter alguma informação relacionada com aquele assunto, até porque algumas respostas que a Autarquia deu na altura, acabaram por ser um pouco contraditórias, usando até um tom acusatório para com a Junta de Freguesia do Monte, defendendo-se esta de que não tinha sido feito um contacto da parte da Autarquia no identificar da perigosidade desse mesmo sítio. -----

Continuando, colocou os seguintes reparos e questões: -----

- Têm conhecimento que devido aos incêndios, ainda estão alojadas na Pousada da Juventude, um conjunto de famílias que receberam ordem de despejo para abandonarem aquele local até as dezassete horas daquele dia. -----

Assim, perante a articulação que dizem existir entre a Autarquia e o Governo Regional, têm alguma informação e previsão na forma de intervir para que as pessoas não sejam



colocadas na rua? -----

- Existe um estaleiro Municipal na Rua das Dificuldades, que não oferece condições de higiene e de segurança aos trabalhadores que ali trabalham, por isso para quando é que a Câmara tem perspetivado a saída daquele mesmo espaço? -----

- Alguns moradores do Bairro da Ajuda fizeram-lhes chegar ao conhecimento a problemática que agora surge relacionada com os estacionamento, assim, se possível, gostariam de algum esclarecimento por parte do Senhor Presidente da Câmara. -----

- Sobre a via pedonal já inaugurada e com placa, entre São Martinho e Santo António, para quando o lançamento da primeira pedra? -----

2 – O Senhor Deputado Municipal José Gabriel Pereira Oliveira, do GMM interveio para congratular-se e agradecer em seu nome pessoal e da população da freguesia do Monte, ao Senhor Presidente da Câmara, à sua equipa e a todos aqueles que trabalharam no processo de construção da Capela Mortuária do Monte, cuja bênção, que se realizou no dia trinta e um de agosto de dois mil e dezasseis, ficará para a história. Porque após trinta anos de promessas do PPD/PSD para a sua construção e por presságio do Senhor Deputado Municipal Rui Cortez de que a mesma nunca iria ser construída, a Mudança após apenas dois anos e meio cumpriu-a. -----

Terminou aconselhando o PPD/PSD que em vez de prometerem a construção do Museu do Romantismo, que agora prometeram, deveriam construir o Museu das Promessas Não Cumpridas, dando como exemplo, a promessa da Capela Mortuária, do Comboio do Monte, da reconstrução da estação do Comboio, da nova cidade do Toco, da Praia Formosa, da Praça do Castanheiro. -----

3 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD transmitiu o seguinte: “A sorte está lançada, já se iniciou o processo de campanha eleitoral, mas não é a campanha eleitoral para presidente da Câmara Municipal do Funchal nem para as

próximas autárquicas, já estamos mais à frente, nós já estamos num processo de campanha para as próximas eleições regionais de 2019. E esse processo passa primeiro por eliminar a concorrência interna, daí que já estamos a assistir a esta situação e depois avançar para as eleições regionais. E normalmente estes processos quando são feitos de forma perdoem-me a expressão, sôfrega, arrancam com demasiada velocidade e sem uma estratégia devidamente definida o caos instala-se. E o caos já está a se instalar dada as atitudes, as afirmações, as decisões e as tomadas de posição que neste momento temos vindo a assistir. -----

Em primeiro lugar a constante intromissão em assuntos que não dizem respeito á Câmara Municipal do Funchal, a existência que seria eventualmente normal de um governo sombra por parte da oposição, neste caso muito especial da Madeira e fruto das idiossincrasias muito próprias desta Região, não é um governo sombra. É um governo iluminado que está na Câmara Municipal do Funchal, portanto na Câmara Municipal do Funchal assistimos a um Governo Regional que já não é um governo sombra, em que se avançam para áreas que não são as nossas, em concorrência desenfreada com a atuação do Governo Regional e quiçá do Governo da República e portanto deixa-se de fazer o nosso trabalho, o trabalho da gestão autárquica, da gestão da Cidade, para querermos sem as competências legais para tal, sem os meios para tal, sem a legitimidade para tal, governar a Região Autónoma da Madeira a partir da Câmara Municipal do Funchal. E isto em função de uma candidatura que vai acontecer de certeza absoluta em 2019 e não vale a pena esconder esse facto. Este é o primeiro aspeto do caos. -----

O segundo aspeto do caos, nessa concorrência desenfreada propõe-se coisas completamente esdrúxulas, como por exemplo, esta questão dos últimos tempos de coisa inaudita, inédita e completamente virgem nestas coisas da política portuguesa, que é um Executivo Camarário recomendar ao Governo que faça uma redução de impostos, que tem



uma implicação de cerca de duzentos e vinte milhões de euros no orçamento regional, cerca de 16% das receitas, cerca de 50% daquilo que se gasta em educação, que isso seja feito num ano. Quando no exato momento que há uma proposta de redução, feita pelo CDS-PP, de um imposto que é da alçada da Câmara recusa-se e bem e aqui o Senhor Vereador das Finanças esteve muito bem, de acordo com o órgão oficial da CMF, o Diário de Notícias, diz assim o Senhor Vereador: "Nós esgotamos as nossas capacidades em termos de flexibilidade fiscal", ou seja, não temos margem para acomodar mais alívio fiscal, "dentro das nossas possibilidades e não iríamos aprovar mais uma medida que consideramos demagógica, portanto não cederemos à demagogia, porque a Câmara não tem margem de manobra", foi isto que o Senhor Vereador disse e bem. -----

Porque demonstra uma posição preocupada, razoável e sustentada, não podemos dizer ao contrário, não há margem, não pode fazer mais, agora eu não compreendo como é que o Senhor Vereador e todo o restante Executivo, que votou favoravelmente ache que a Proposta de Recomendação que foi aprovada, não é uma proposta demagógica quando estamos a falar de uma implicação orçamental, que significa por exemplo metade daquilo que a Região gasta em Educação. -----

Basicamente o Governo ao acatar essa recomendação prescindiria de um montante desta ordem, portanto não podemos por um lado dizer que não cederemos à demagogia porque não temos capacidade para acomodar mais diminuição de receitas, e por outro lado recomendar ao Governo, sendo que esta forma é uma forma que peca por irresponsável, pedir ao Governo que abdique de uma percentagem tão grande da sua receita. Portanto há aqui qualquer coisa de muito incompreensivo. -----

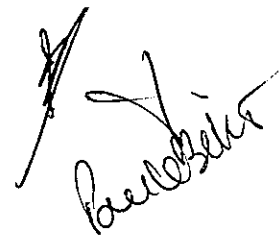
Mais, em relação ao caos desta corrida desenfreada às eleições regionais de 2019 que estão a provocar, é este tipo de respostas que nós não compreendemos porque também de acordo com o "órgão oficial" da Câmara Municipal do Funchal, nós temos aqui uma

situação: ainda ontem realizou-se um jantar que nós munícipes do Funchal gostaríamos de saber quem o organizou? Se foi organizado pelos partidos que apoiam a Coligação? Se foi organizado pela Câmara Municipal do Funchal? -----

E nesse famigerado jantar, o Senhor Presidente da Câmara e bem, diz o seguinte: “Nada ficou como dantes... as pessoas queriam, desejavam, reclamavam por mais e melhor Cidade e isso aconteceu efetivamente no Funchal... se alguém duvidava que a democracia venceria nesta terra estamos aqui passados 3 anos para dar resposta e para dizer que o sonho é possível e está concretizado”. E se o sonho possível e que está concretizado é este, em que quando a oposição fala as pessoas insurgem-se de forma tão feroz contra a opinião manifestada pela oposição, belo conceito de democracia. -----

Outra bela conceção da democracia prende-se com a questão da Empresa Municipal Frente MarFunchal levantada pelo CDS-PP, qual é o problema de ser dado conhecimento destas informações que foram solicitadas? Para além da obrigação legal, que nem é discutível, temos a questão da prática da democracia, que o Senhor Presidente tanto advoga, que pelos vistos há 40 anos que não há democracia, só há democracia desde 2013. -----

Eu relembro quando foi o PSD a pedir informações e eu enquanto primeiro signatário desse pedido, acedi ao pedido de prorrogação por parte do Senhor Vereador, mas tenho que reconhecer que essa informação levou quase 4 meses para chegar. Depois tem também o pedido de informação apresentada pelo PND a 3 de julho, sobre o protocolo que foi assinado no dia 12 de junho, que é pura e simplesmente enviar um protocolo que tinha sido assinado 1 mês antes, não é como por exemplo no caso do PSD que pedia informação extremamente detalhada e que era preciso agrupar e coordenar para ser dada, aqui bastava apenas uma cópia de um protocolo e levou quase 3 meses para ser entregue. ----
Portanto, penso que não é demais pedir a quem advoga a democracia e a transparência



que age em conformidade com tais declarações. -----

Mais, o Senhor Presidente no término do seu discurso diz: “a grandeza da política não é adquirida, mas tem de ser conquistada como nós estamos a fazer dia após dia”. Esta frase lida assim de forma leviana e de forma desatenta parece uma grande frase, mas esta frase tem um problema, é uma não frase, porque *adquirido* é de certa forma um sinónimo de *conquistado*, presumo que aquilo que o Senhor Presidente queria dizer é que a grandeza da política não é inata, tem que ser adquirida e conquistada. Portanto, esta frase resume a forma ao de leve com que se fala, porque ela não diz nada, mas eu diria, e aqui vou ter a delicadeza de indicar o nome do autor da frase que é uma frase de Albert Einstein, que diz o seguinte: “Luta para teres valores e não para teres sucesso”. -----

4 – O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP deu início à sua alocução dizendo que o posicionamento estratégico que aquela Câmara tem tido ao longo destes três anos, em termos do seu marketing e da sua cosmética política é transmitir para a opinião pública que tudo está bem. -----

Todavia, lembrem por exemplo que o Senhor Presidente Paulo Cafôfo transmitiu nas autárquicas, que iria instituir na Câmara Municipal do Funchal um Conselho Municipal do Comércio, Restauração e Serviços e onde é que está implementada ou criada esta medida pela Coligação Mudança? -----

Assim, na próxima sessão da Assembleia Municipal o CDS-PP vai propor um Conselho Municipal do Turismo, Comércio e Serviços. -----

De seguida dirigiu-se a outras forças políticas que fazem parte da Coligação Mudança e questionou o seguinte: -----

- Se o Senhor coordenador do MPT se se revê naquele zigue zague daquela Coligação? -
- Se a Senhora coordenadora do PAN concorda ou não com os boys do PS a entrarem na Empresa Municipal Frente MarFunchal? -----

- Se o BE concorda não haver critérios para o concurso para os funcionários da Empresa anteriormente referida? -----

Em suma se concordam ou não com as admissões avulso, como a nomeação do novo Diretor Geral para a Empresa Municipal Frente MarFunchal, Presidente da Concelhia do Funchal do PS, Dr. Paulo Bruno Ferreira? -----

Voltando às promessas eleitorais de dois mil e treze, referiu-se a uma questão muito importante para os funchalenses e que o Senhor Presidente da Câmara Paulo Cafôfo sublinhou e não cumpriu: “Praia Formosa - criar uma praia de qualidade para todos... Infraestruturas de apoio balnear... Dinamização lúdica e entretenimento na Praia Formosa... Bem como melhor aproveitamento turístico e cultural do significado histórico daquele sítio”. -----

Depois aludiu à questão do Conselho Municipal de Juventude do Funchal, dirigindo-se à Senhora Vereadora Madalena Nunes, sem antes refutar que o Senhor Presidente da Câmara nunca quis se envolver no mesmo, questionou-a há quanto tempo aquele Conselho não reúne naquela Casa e não concerta estratégias? -----

Continuando, referiu que embora a mesma tenha implementado e bem, o Dia Mundial da Juventude, nunca comunicou com o CMJF para coordenar e concertar estratégias na área do emprego, em matérias de políticas de empreendedorismo, em matérias de política fiscal e desagravamento fiscal para os jovens nomeadamente na área da habitação, transmitindo assim aos jovens a esperança que necessitam de vencer e de lutar, e ainda transmitir à Comissão Permanente confiança e força para avançarem. -----

Terminou, questionando o Senhor Presidente Paulo Cafôfo, qual a razão fundamental da jovem do PS, que era Vice-presidente da Juventude Socialista, Cláudia Mendonça, que esteve na Comissão Permanente do CMJF e que pertencia à Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, se desfilia do PS e passar a cidadão independente depois do Congresso da



JS? Será por não ter hoje em dia esperança no mesmo? -----

--- Apesar de o **Senhor Deputado Municipal Américo João da Silva Dias, do CDS-PP** estar inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia não lhe concedeu a palavra, porque o seu colega de bancada Gonçalo Pimenta esgotou o tempo de intervenção daquele Grupo Municipal. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM** pediu defesa da honra dizendo que participa no Grupo Municipal Mudança enquanto Deputada Municipal e não como parte do Executivo Municipal. -----

Como tal, o GMM não tem qualquer responsabilidade na nomeação de Assessores e de outros contratos que são feitos quer nas Empresas Municipais, quer a nível dos diferentes Departamentos e Divisões da Câmara, porque os mesmos são da responsabilidade do Executivo. -----

Aproveitou ainda a oportunidade para dizer ao Senhor Deputado Gonçalo Pimenta e a todos (as) Senhores (as) Deputados (as), que deviam de solicitar também o quadro de pessoal da Empresa Municipal SocioHabitaFunchal e, embora não concorde, que se divulgue a filiação partidária de cada pessoa. -----

5 – O Senhor Deputado Municipal Donato Paulo Vares Macedo, Independente começou por tecer as seguintes considerações: -----

- Se o Diário de Notícias da Madeira não mencionou a existência de “boys” na estrutura do empresariado público da Câmara, é porque não existe. -----

- A Câmara foi um hospedeiro para as ambições da Mudança e particularmente do Senhor Presidente Paulo Cafôfo, pois é isso que está à vista de toda a gente. -----

- Por o Funchal ter sido fustigado há pouco mais de um mês pelos incêndios e existir uma Cidade em perigo, gostaria que o Senhor Presidente na apresentação do Relatório de Atividades da Câmara os elucidasse em concreto, sobre as démarches por parte da

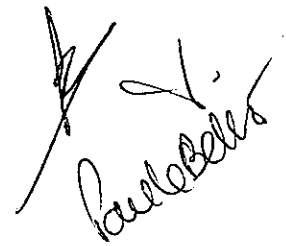
Câmara relativamente ao que se está a fazer num território que se encontra perigoso e que está a causar uma enorme insegurança nas pessoas. -----

6 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM deu início à sua intervenção congratulando-se pela passagem do terceiro aniversário pelas últimas Eleições Autárquicas, em que o povo Funchalense através do sufrágio secreto e universal elegeu uma maioria, que embora relativa, é a que governa os destinos daquela Cidade. -- Lembrou que para além de terem recebido daquela Casa uma pesada herança financeira, receberam também uma outra herança com algumas fragilidades e alguns atentados da democracia, exemplificando com um episódio que teve lugar há muitos anos, em que uma organização que com muito orgulho liderava, indicou um jovem Advogado que trabalhava na Direção Regional de Trabalho, como candidato às listas da Assembleia da República. Após essa candidatura o mesmo foi suspenso das suas funções na referida Direção pelo Secretário Regional da altura que a tutelava. -----

Depois criticou quem fala na democracia das instituições, porque não se opôs nem falou nas Casas do Povo que são utilizadas como braço armado de uma organização política para fazerem a sua atividade, como ocorreu na sede do PPD/PSD na Freguesia de Santa Maria Maior, onde distribuíram cabazes e materiais de construção civil a famílias da referida Freguesia, não sendo convidado o Presidente daquela Junta, mas sim a Presidente da Junta de Freguesia do Monte e o Presidente da Junta de Freguesia de São Roque. -----

Pelo que considera que aquela oposição só sabe criticar, nunca elogia nem nada aplaude, sendo apenas uma oposição que está atrofiada com os novos momentos e surpreendida pelas mudanças. -----

Sobre as competências para as Autarquias, estas não as podem exercer porque não lhes são dados os meios financeiros, como é comprovado pela falta de coerência política em que o atual Presidente do Governo Regional, quando era Presidente daquela Autarquia



reivindicava a devolução do IRS e hoje é contra essa mesma devolução usando alguns expedientes incompreensíveis. -----

Por último, deu os parabéns à Vereação daquela Autarquia em especial ao Senhor Presidente, pelo excelente trabalho que tem desenvolvido em prol dos Funchalenses, pelo arrumar daquela Casa que foi deixada, como se costuma dizer na gíria madeirense, *de pernas para o ar*, pelo rigor, pela transparência e pela boa gestão financeira. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD** pediu esclarecimento e também esclareceu o Senhor Deputado Sérgio Abreu, dizendo que o mesmo na sua intervenção demonstrou até à saciedade o caos que se instalou na Mudança, caos esse que parte de premissas completamente erradas. -----

Porque o mesmo não é verdadeiro quando diz que nunca foram feitos elogios, pois já elogiei o Senhor Vereador Domingos Rodrigues aquando da medida de acessibilidade na Praia Formosa, e ainda naquela manhã sem acrimónia, nem sarcasmo, nem ironia elogiou o Senhor Vereador Miguel Gouveia com a firme convicção de que ele de facto tinha tido uma posição correta. -----

Em relação ao episódio que deu para lhes chamarem de incoerentes, retorquiu perguntando-lhe sobre o que é que aconteceu nos últimos três anos aos funcionários daquela Casa que: -----

- Com trabalho no Departamento de Urbanismo, foram afastados / suspensos e estão em casa com vencimento? -----

- Com trabalho no Departamento de Planeamento Estratégico, no Departamento de Resíduos e Salubridade e no Departamento de Desporto, não lhes dão qualquer tipo de atividade? -----

E onde é que há coerência quando não aprova uma medida para baixar os impostos a nível municipal, e depois recomenda que o Governo Regional baixe mais dezasseis por cento

das receitas do orçamento da região? -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM** reconhecendo o seu erro e lapso de memória pediu para ficar registado em ata, que o Senhor Deputado Carlos Rodrigues elogiou a atuação daquela Vereação e dos Vereadores que ali referiu. -- Contudo, expôs mais dois exemplos para a honestidade intelectual e a honestidade da democracia vividos durante quarenta anos na Região Autónoma da Madeira: -----

- Antes de mil novecentos e oitenta e sete, aquela Região era o único local do País onde não eram permitidas Associações de Estudantes. -----

- Houve outras organizações que fizeram comícios no Porto Santo e foi-lhes boicotado o palco e a eletricidade pela Autarquia PPD/PSD local, para que a oposição não pudesse exercer a sua atividade política partidária. -----


Sobre a questão dos quadros disse desconhecer aquela acusação, conhecendo apenas que houve muitos quadros daquela Câmara que eram militantes do mesmo partido do Senhor Deputado Carlos Rodrigues, que transitaram para a Quinta Vigia e que não observa mal algum nisso porque é algo natural em democracia. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** começando este por esclarecer: -----

- **À Senhora Deputada Herlanda Amado - Questão do Sítio dos Poços** - confiou ao Senhor Vereador Miguel Gouveia de viva voz, responder ou esclarecer as determinadas afirmações que surgiram escritas na comunicação social sobre aquela questão. -----

- **Situação das famílias alojadas na Pousada da Juventude** – disse desconhecer de todo aquela situação e não lhes foi solicitada qualquer intervenção naquela matéria. Até porque a parte do realojamento na questão dos incêndios de agosto, em termos de toda a articulação, ficou definido que é da competência do Governo Regional. -----

- **Estaleiro na Rua das Dificuldades** – esclareceu que não é clandestino, que já existe há



vários anos, é utilizado por parte de colaboradores da Câmara que arranjam os pavimentos das vias públicas, e por parte da Autarquia as situações de higiene e segurança têm sido salvaguardadas, assegurando que tudo seja garantido em termos de condições de trabalho e de salubridade. -----

- **Lançamento da via pedonal entre Santo António e São Martinho** – atestou que de facto há um atraso relativamente àquele projeto, devido a dificuldades naquilo que é o projeto inicial de zonas de estrangulamento pelo que ainda estão a analisar a melhor forma para garantir a segurança das pessoas. -----

- **Ao Senhor Deputado Gabriel Oliveira** - agradeceu muito as suas palavras relativamente à obra da Capela Mortuária do Monte, a qual se tinham comprometido e que cumpriram em termos daquilo que é a postura de assumirem e concretizarem os seus compromissos, pelo que se orgulham de a terem construído e executado. Para além de que a freguesia do Monte já a merecia, visto ser necessária não só pela questão das cerimónias fúnebres e da dignidade que devem merecer, mas também pela melhoria muito significativa das condições de trabalho dos funcionários daquele cemitério e também das instalações sanitárias para o público. -----

- **Ao Senhor Deputado Gonçalo Pimenta** - começou por lembrar que foi pela mão daquele Executivo que aquela Autarquia possui um Programa de Revitalização do Comércio e Serviços do Funchal, o qual contempla setenta medidas dos diversos eixos do programa, das quais trinta estão executadas ou em execução. -----

Por isso terá toda a satisfação em providenciar-lhe, não só todo o Programa na íntegra, como um quadro com a tabela daquilo que está e do que não está executado. -----

Como tal, a comparação que fez da situação atual com a situação do passado não corresponde à verdade, porque a Câmara está a criar oportunidades para que os comerciantes e os empresários possam investir na cidade do Funchal. O que, felizmente,

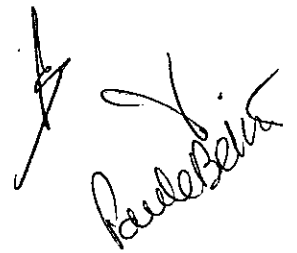
já se verifica pelo facto de muitas lojas fechadas estarem a abrir com o mesmo ou outro objeto. -----

- Sobre a **Empresa Municipal Frente MarFunchal** disse que do ponto de vista legal as contratações da mesma são respeitadas e que há situações que não exigem concurso. E o aumento das mesmas resulta daquilo que são as suas competências e o seu objeto, não só com a questão dos estacionamento mas, acima de tudo aquilo que é a importância e dimensão do Lido na época balnear, onde são exigidos mais funcionários e colaboradores, muitos deles com carácter de sazonalidade. -----

Também assumiu que o Dr. Paulo Bruno Ferreira passou a fazer parte daquela Empresa, e que não houve concurso porque, tal como em qualquer organismo, existem cargos que exigem contratação e concurso público e existem outros cargos que são de nomeação. Assim o mesmo foi admitido, não pela sua filiação partidária ou relações familiares, mas por uma questão de competência, de capacidade, de confiança e de respeito pela legalidade. -----

- Quanto à **Praia Formosa** reconheceu que ainda há muito para fazer, contudo esta está muito melhor do que estava antes. Porque subsiste uma série de fatores que antes não existiam e que agora subsistem tais como: uma programação de eventos culturais e desportivos organizados pela Empresa Municipal Frente MarFunchal, vigilância permanente e abertura de instalações sanitárias e balneares. -----

- **Ao Senhor Deputado Carlos Rodrigues** – começou por descansá-lo quanto à sua candidatura às Eleições Regionais de dois mil e dezanove, porque está completamente focado na sua candidatura à Câmara Municipal do Funchal e na concretização do projeto da Coligação que tem para aquela Autarquia. Pois o que ali existe é um assumir de competências e não um governo sombra como o que existiu no Executivo anterior, que a partir dali desencadeou a sua estratégia de conquista do partido e dividiu-o para conquistar



e assumir o Governo Regional. -----

- Sobre o jantar realizado no dia anterior – esclareceu que o mesmo foi para comemorarem a sua vitória de há três anos e que todos os presentes, incluindo o próprio, o pagaram. ----

- Quanto à questão da Recomendação ao Governo Regional aprovada na Câmara por todos os partidos exceto pelo PPD/PSD, é uma recomendação política, têm a legitimidade para o fazer e não estão a interferir na competência do Governo Regional. -----

Para além de que aquela Autarquia tem baixado os impostos como o PPD/PSD nunca o fez e dentro daquilo que é os constrangimentos que lhes foram deixados. -----

Depois informou o Senhor Presidente da Assembleia que passaria a palavra ao Senhor Vereador Miguel Gouveia, para prestar esclarecimento na questão concreta da Senhora Deputada Herlanda Amado sobre as declarações que foram proferidas e aquilo que foram as afirmações escritas na comunicação social, sobre o Caminho dos Poços. -----

Assim o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Vereador Miguel Gouveia**, que começou por esclarecer que aquilo que disse à RTP-Madeira, reflete claramente que a Câmara Municipal teve uma colaboração estreita e próxima com as Juntas de Freguesia na identificação de locais de risco. E de todas as situações que foram inventariadas, numa primeira fase fizeram uma vistoria com os técnicos do Laboratório Regional de Engenharia Civil depois, numa segunda fase, com os técnicos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, onde de imediato, houve uma intervenção em oito escarpas. Porém, o sítio em apreço não foi um dos que foram identificados com um índice de perigosidade que justificasse uma intervenção imediata, de qualquer modo os serviços já foram ao local analisar o risco dessa intervenção. -----

Esclareceu ainda, que nunca imputou responsabilidades à Junta de Freguesia do Monte, apenas referiu que dentro daquelas que foram identificadas e que lhes foram informadas que tinham um índice de risco de perigosidade que justificava intervenção, foram

intervencionadas. -----

--- **O Senhor Vereador José Manuel Sousa Rodrigues, do CDS-PP** pediu autorização para intervir para propor um voto de pesar pelas três mortes ocorridas no Funchal, bem como uma palavra de solidariedade para com as centenas de pessoas que ficaram desalojadas, devido aos incêndios de agosto. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu ao Senhor Vereador aquela proposta, pelo que ficará registado em ata um voto de pesar aos familiares das vítimas mortais dos incêndios e de solidariedade para todas as entidades e pessoas que de forma anónima, contribuíram para o combate e o apoio posterior a todas as vítimas dos incêndios. -----

Depois deu conhecimento aos presentes que deu entrada naquela Assembleia uma Proposta de Recomendação aprovada na Assembleia de Freguesia de Santa Luzia, que depois será endereçada ao executivo para o mesmo agir ou não em conformidade com a mesma. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

--- Entrando no período da ordem do dia, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto Um - Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município em observância do disposto na al. c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, começando este por se referir ao voto de pesar e de solidariedade para com as vítimas e as pessoas afetadas pelos incêndios. -----

Depois sobre o rescaldo dos mesmos deu o seguinte esclarecimento: -----

- Foi decidido por parte do Governo da República e do Governo Regional, o papel de cada entidade na recuperação do Funchal. Assim, o realojamento, a reconstrução das habitações afetadas e os taludes regionais ficaram a cargo do Governo Regional. -----

Os taludes municipais e a gestão urbanística ficaram a cargo da Autarquia pelo que foi



criado o **Gabinete de Apoio à Recuperação do Funchal**, que comporta uma unidade de gestão urbanística específica que já analisou cento e noventa e sete casos, nomeadamente através de uma inventariação dos mais de trezentos edifícios que foram afetados e classificados segundo diversos níveis e que já estão a ser resolvidos, conforme se especifica: -----

Primeiro nível: são os edifícios em zonas de risco elevado e que não vão ser reabilitados.

Segundo nível: são os edifícios que ficaram completamente destruídos, que vão ser totalmente reabilitados e cujos processos já foram enviados para os respetivos Engenheiros e Arquitetos. -----

Terceiro nível: são os edifícios que terão uma reabilitação parcial e cujos processos também já foram enviados para os respetivos Engenheiros e Arquitetos. -----

Quarto nível: são os edifícios que terão uma reabilitação imediata, onde todos os proprietários foram notificados e cujas obras já estão a decorrer, porque não necessitam de licenciamentos ou projetos. -----

Quinto nível: são os edifícios que foram demolidos de imediato para mitigar os riscos, porque apresentavam perigosidade e falta de segurança. -----

Depois realçou a colaboração da Ordem dos Engenheiros pelo seu trabalho “probono” naquela matéria, porque os serviços da Câmara mesmo com o trabalho “probono” dos seus técnicos, não conseguem concretizar o trabalho dentro do prazo que aquela causa exige.

Prosseguindo salientou o seguinte: -----

- Que a Autarquia já tem diversos terrenos com capacidade construtiva, para nos casos em que não seja possível reconstruir as habitações, tenham ali outras opções para essa mesma reconstrução. -----
- Que foram apoiadas psicologicamente cerca de cem famílias. -----
- Foi criado um balcão de atendimento para as pessoas afetadas e até ao momento foram

criados cento e setenta e sete processos, que deram origem a trezentos e dezasseis pedidos. -----

- A Câmara acudiu a cento e setenta e oito pedidos de limpeza em habitações, para além de terem recolhido quantidades enormes de resíduos derivados dos incêndios. -----

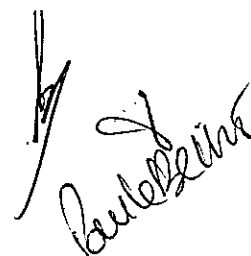
- Foram tomadas medidas relativas ao facilitar e desagravar aquilo que foi a violência provocada pelos incêndios, na redução do IMI por dois anos para todos os edifícios total ou parcialmente danificados; isenção de taxas municipais do relatório de sinistros por parte da Proteção Civil; do pagamento do excesso de água que as pessoas tiveram não só para combater os incêndios mas também nas respetivas limpezas no mês de agosto e, a criação do *Funchal Solidário*, um chapéu para diversas ações de solidariedade para com os afetados. -----

- Pela necessidade de precaver a segurança das pessoas já estão a intervir em oito escarpas na Cidade do Funchal, que terá um custo de cerca de um milhão de euros. -----

Noutro âmbito foi também criado o Gabinete da Cidade, que terá a orientação dos Arquitetos Paulo David e João Favila e o apoio e a consultadoria do Arquiteto Gonçalo Byrne, não numa perspetiva de ação imediata de recuperação da Cidade, mas numa perspetiva de planeamento e de ordenamento da Cidade do Funchal a longo prazo, partindo do núcleo de São Pedro, a zona histórica que foi afetada, seguindo para outras zonas da Cidade com um master plano que esperam que seja concluído até ao final do mês de dezembro. -----

Passando depois a outro tema referiu-se ao Dia Mundial do Turismo, que se assinalou naquela semana, o qual foi distinguido: -----

- Com a assinatura de um protocolo com a Câmara Municipal do Funchal e o Turismo de Portugal, que contou com a presença da Senhora Secretária e do Senhor Presidente do Turismo de Portugal, para verbas no valor de três milhões de euros até dois mil e dezoito,



para reabilitação e intervenção em zonas de interesse turístico, que irão começar pela recuperação do emblemático edifício onde funcionou a *Confeitaria Felisberta*, na freguesia de São Pedro. -----

- Com o lançamento do Funchal Card. -----

- Com a aplicação para smarts phones Jitt, o novo Site de Turismo do Funchal. -----

- Com a inauguração de um Posto de Turismo na Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses. -----

Depois destacou os seguintes pontos: -----

- **Zonas Altas**, em agosto foram concluídas repavimentações de caminhos e estradas, nomeadamente na freguesia de Santo António (Caminho dos Três Paus e Viana e Caminho da Barreira), e em fase de execução encontra-se o Caminho do Trapiche e o Caminho do Curral Velho. -----

- **Lançamento da agenda trimestral do Teatro Municipal Baltazar Dias**, uma inovação que expressa o cuidado que tem havido no planeamento e na programação cultural daquela infraestrutura. -----

- **Inauguração do Skate Park no Almirante Reis**, mais uma obra da primeira edição do Orçamento Participativo. -----

INSCRIÇÕES: -----

1 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD antes de passar à análise do relatório e na sequência das palavras do Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, sem qualquer tipo de demagogia, quis assumir e pedir desculpas em seu nome e em nome do grupo municipal do PPD/PSD, por as suas primeiras palavras não terem sido dirigidas a todos aqueles que foram afetados pelos incêndios e em situação extrema, aos familiares daqueles que faleceram. -----

De seguida, passou ao Relatório apresentado referindo as seguintes questões que não se

referem ao último trimestre: -----

- O Projeto West que se iniciou em janeiro do corrente ano e o Projeto ClimaAdaPT-Local que teve início em janeiro de dois mil e quinze. -----

Embora reconheça que são questões de pormenor, incorrem num tipo de informações e de situações que descredibilizam o trabalho que a Câmara está a fazer, pelo que era preferível um Relatório menos extenso e menos pormenorizado. -----

Sobre a verba de três milhões de euros, anunciada aquando da vinda da Senhora Secretária do Turismo, que a Câmara irá usufruir e que terá que ser utilizada na recuperação de toda a situação que aconteceu com os incêndios, colocou as seguintes questões: -----

- Qual é o enquadramento em termos de origem daqueles fundos? -----

- Os mesmos obrigam a uma comparticipação da Câmara, a exemplo daquilo que aconteceu nos fundos comunitários? -----


- Qual é a aplicação pormenorizada daquelas verbas? -----

Entrando na parte mais política, referiu-se ao seguinte: -----

- Sobre a criação de um museu de promessas não cumpridas, em vez do museu do romantismo, mencionado numa intervenção do GMM, não percebe a dicotomia em que é exigido ao Governo Regional que cumpra o seu programa num ano, e a Câmara pode cumprir o seu durante os quatro anos. -----

- Em relação à questão dos elogios esclareceu o Senhor Deputado Sérgio Abreu que não fez um elogio generalizado ao Executivo da Mudança, elogiou sim objetivamente, os responsáveis diretos de medidas e políticas que foram implementadas. -----

- Sobre a Recomendação que a Câmara fez ao Governo Regional disse que não está em causa a legitimidade da Câmara a fazer, mas sim o conteúdo da mesma porque não foram cuidadas as implicações do mesmo, por exemplo, se a redução recomendada fosse



aplicada na Educação, o orçamento regional dirigido à Educação passaria para metade. --

- No âmbito da preocupação de muitas pessoas com eventuais candidatos do PPD/PSD para a Câmara Municipal do Funchal, o próprio disse que não será candidato nem à Câmara nem à Assembleia Municipal do Funchal, porque é de opinião que não devem de ser sempre os mesmos e também por já ter uma representação na Assembleia Legislativa Regional. -
- Quanto ao Senhor Presidente Paulo Cafôfo ser candidato à Câmara Municipal do Funchal e o seu focus ser a Vereação e a gestão autárquica, disse-lhe: "Em política as coisas rapidamente de um dia para o outro mudam e é preciso ter cuidado com afirmações perentórias e absolutas". -----

2 – O Senhor Deputado Municipal Américo João da Silva Dias, do CDS/PP pediu os seguintes esclarecimentos: -----

- Qual o motivo da falha de recolha de lixo atempada e da falta de limpeza das ruas, de algumas zonas da Freguesia de Santa Maria Maior? -----
- Se a deliberação da Câmara do dia vinte e três de abril de dois mil e quinze, sobre a realização dos simulacros e testes de operacionalidade dos planos municipais de emergência e proteção civil, se concretizou? -----

3 – O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP dando continuidade à interpelação daquele Grupo Municipal, também quis saber o ponto da situação da deliberação da Câmara de vinte e três de abril de dois mil e quinze, sobre a atualização da Carta de Risco para o Município do Funchal, integrado na Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira. -----

Relativamente à essência do relatório disse ter todo o gosto em ceder os gráficos, que apresentou no final do debate televisivo sobre o *Poder Autárquico do Funchal*, acerca do Programa Câmara à Porta e do Programa do Fundo Social de Investimento, que a Câmara Municipal prevê relativamente à Cidade do Funchal. Os quais deveriam apoiar cerca de

cinco mil pessoas, como anunciado pelo Senhor Presidente da Câmara, no Diário de Notícias da Madeira de vinte e quatro de janeiro de dois mil e catorze. Porém, até doze de junho de dois mil e dezasseis foram abrangidas seiscentas e dezanove pessoas. -----

De seguida referindo-se ao post sobre a redução mínima da taxa do IMI na Cidade do Funchal, colocado no facebook pelo Senhor Vereador Miguel Gouveia: "Mudança cumpriu com a sua promessa eleitoral", disse que é preciso repor a verdade, porque a mesma foi aprovada sob proposta do CDS-PP, tal como o Plano de Remoção de Amianto dos Bairros da Câmara, cujo levantamento preliminar foi feito pelo CDS-PP através dos Autarcas de Freguesia, dos Autarcas Deputados Municipais e do seu Vereador José Manuel Rodrigues. Depois lamentou a emissão de apenas dois novos cartões do Cartão55+ e de vinte e dois cartões de Famílias Numerosas, porque entendem que há um envelhecimento da população e que essa precisa mais da ajuda do Executivo da Câmara, como comprovam os Censos de dois mil e onze onde há uma percentagem de jovens que diminui no Concelho do Funchal, de dezanove virgula um por cento para dezasseis virgula quatro por cento. Assim propôs ao Senhor Presidente da Câmara acionar mecanismos de diálogo com as Juntas de Freguesia, numa perspetiva de aqueles números e a eficácia daqueles programas virem a aumentar. -----

Seguidamente, questionou sobre o Programa Empreendedorismo Jovem e sobre o jovem João Pedro Freitas que era o mandatário da Mudança para a área da juventude? -----

Sobre a Criação de Emprego perguntou quantos jovens do Concelho do Funchal é que aquele Executivo, através dos seus programas, consolidaram? -----

Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara observou que ao analisar as estatísticas das audiências, atentou que as mesmas têm vindo a diminuir gradualmente, tendo inclusive no mês de agosto zero audiências. O que os leva a crer que o mesmo está com o "pé" na Câmara, mas com o pensamento nas eleições para a Quinta Vigia em dois mil e dezanove.



Terminou referindo-se à Análise Orçamental e perguntando ao Senhor Vereador Miguel Gouveia se os trinta e sete vírgula oito milhões de euros, são possíveis ou não, até dezembro do corrente ano? -----

4 – O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, Independente observou que num dia que se deslocou à Câmara, deparou-se com uma situação que lhe incomodou, porque viu num gabinete, uma jovem estagiária com um ar desanimado de quem não tinha nada para fazer. -----

Como tal, alertou que aqueles têm que ter projetos e objetivos próprios e um processo bem enquadrado de acompanhamento, para poderem tirar uma experiência positiva e enriquecedora do seu tempo na Câmara. -----

5 – A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU antes de se cingir ao ponto em apreço, quis lembrar que a proposta da retirada do Amianto já vem desde há muitos anos e que por isso não é nova. -----

Depois cingindo-se ao ponto em análise, colocou as seguintes questões: -----

- Avaliando os Programas Sociais, citados nas páginas dezasseis e dezassete, questionou o Executivo se o fraco número de inscrições, nomeadamente no Programa Câmara à Porta, fica a dever-se à burocracia ou à falta de informação do mesmo? -----
- Em relação aos Cemitérios, aludido na página quarenta e três, interrogou se já foi ultrapassado o problema com a decomposição dos corpos? E se a Resolução aprovada sobre a utilização do *glifosato*, está ou não a ser cumprida? -----
- Inserido no Gabinete de Recuperação da Cidade do Funchal, referido na página quarenta e cinco, é mencionado a produção de relatórios sobre os prédios devolutos, como tal, gostaria de saber quando é que os mesmos serão facultados? -----
- Na Execução / Empreitadas, localizado na página cinquenta e quatro, é referido que algumas escarpas no Concelho do Funchal estão a ser alvo de consolidação, quais são? -

- Nas Obras em Curso, exposto na página cinquenta e nove, é mencionado que serão construídas docas e abrigos para paragens de autocarro, assim, quantas e onde serão edificadas? -----


- Em Obras Concluídas, narrado na página sessenta e um, são aludidas obras nos Complexos Balneares, porém ao longo do verão foi referenciado que o piso dos mesmos não estava em condições, por isso gostavam de saber se essa situação já está solucionada? -----

Ainda em relação à questão colocada no PAOD sobre o armazém da Câmara na Rua das Dificuldades, observou que embora o Senhor Presidente diga que os trabalhadores têm ali condições de higiene e segurança, voltou a insistir que os mesmos não as possuem pois aquele espaço nem casa de banho tem. -----

Finalizou dizendo que embora o Senhor Presidente também tenha dado nota de que não tinha conhecimento das famílias que atualmente estão alojadas na Pousada da Juventude, lembrou que no passado dia vinte e seis, um dos casais que lhes fez chegar aquela situação, esteve no Gabinete de Atendimento da Câmara e colocaram a questão em relação ao realojamento, sendo-lhes respondido que teriam que se dirigir para a sua moradia. -----

E embora exista articulação entre a Câmara e o Governo Regional, que em relação ao realojamento este depende do mesmo, questionou se a Câmara, na eventualidade de se concretizar a retirada das pessoas da Pousada da Juventude, não tem mecanismos para assegurar que as mesmas não fiquem na rua? -----

6 - O Senhor Deputado Municipal Donato Paulo Vares Macedo, Independente fez a seguinte apreciação: "Na minha anterior intervenção fiz menção relativamente ao caso dos incêndios, que tinham sido pouco afluídos nas consequências para as pessoas e tinha solicitado ao Senhor Presidente, que na apresentação do primeiro ponto da nossa ordem



de trabalhos nos pudesse resumir um pouco mais concretamente que ações corretivas a Câmara estava a fazer e com a qual se tinha empenhado, e eu de facto saúdo as ações que esta Câmara teve, não só das incumbências que lhe cabem, assim como em relação aos trabalhos que o Governo Regional também desde logo encetou em favor das populações. E certamente todos nós quer aqui na Câmara, quer noutros fóruns certamente vamos fiscalizar e dar a devida atenção acerca dessas situações, a ver se elas vão de facto sendo minoradas e a pouco a normalidade se vai restabelecendo sobretudo para os que mais sofreram com essa situação dos incêndios. -----

Todavia este Relatório de Atividades é feito por pessoas, nomeadamente colegas meus aqui da Câmara que uma vez mais registo a minha declaração de interesses, uma vez que também sou Técnico desta Câmara. E infelizmente vejo que nem sempre é dada a atenção a quem cá trabalha, obviamente não estou a falar em termos pessoais, nem sequer o devia, mas é uma constatação que decorre não só de informações que me chegam e outras coisas que eu próprio até observo e tomo conhecimento e bom registo. -----

Só para vos dar um exemplo, ainda esta semana, houve uma inauguração do tal Posto Municipal de Turismo, situado na Avenida do Mar, aquele espaço tal como está à vista de toda a gente, será mais uma cabine de sauna do que outra coisa, porque não há condições mínimas para quem lá for colocado desenvolver a sua ação. Ainda nessa inauguração foram arregimentados funcionários da Câmara para servirem de autênticos figurantes para essa mesma inauguração. -----

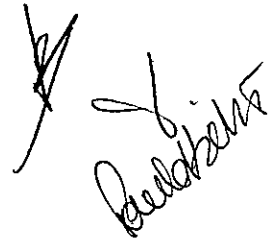
Senhor Presidente, eventualmente peça a algumas daquelas centenas de pessoas que ontem estiveram no seu jantar de apoio, para fazer de figurantes e não utilize os recursos humanos desta Câmara para fazerem de figurantes em favor da sua própria ambição eleitoral e política, porque isso acho que não fica bem e eu registo isto porque de facto é algo que salta aos olhos e as pessoas foram efetivamente arregimentadas. -----

Há pouco tempo aos funcionários desta Câmara foi-lhes pedido que se dirigissem a uma Clínica privada para fazer um rastreio da sua saúde, eu sei que isto decorre de um protocolo estabelecido com uma entidade privada de saúde para que os funcionários fizessem esse rastreio. E eu saúdo, não tenho qualquer preconceito ideológico por ser uma entidade privada ou pública de saúde, isto é uma decorrência da própria lei orgânica da Câmara que compete também zelar pela saúde e segurança dos funcionários, mas depois existem outras situações em que eu identifico uma completa incoerência. -----

Existem instalações da Câmara que são objeto de desinfestações por causa de insetos e devido à própria condição física desse mesmo edificado que já é antigo pelo que ocorre algumas pragas de insetos. Essas ações corretivas de desinfestação são feitas por empresas de outsourcing, em que os funcionários apenas são informados internamente que vai haver uma desinfestação no dia tal e tal, e depois não existe qualquer roteiro, indicação, manual de cuidados para que esses funcionários que manuseiam esses instrumentos, uma simples cadeira, um computador, etc., para terem o mínimo de cuidado no manuseio desse instrumento. Portanto é só dito que numa determinada data essas ações vão ocorrer e de resto não há qualquer informação de segurança para o manuseio posterior desses instrumentos, eu gostaria de saber se esta aparente incoerência que eu identifico aqui relativamente à segurança e saúde no trabalho, não teria de ter outro enquadramento e outro tratamento precisamente na questão de segurança das pessoas e se trabalhamos pelas pessoas, acho que isso tem que ser com todas as pessoas e até por uma questão de segurança que é isso que é o mais importante.” -----

7 – O Senhor Deputado Municipal António José Gouveia Gomes, do GMM começou por fazer uma comparação entre as atitudes do Governo Regional da Madeira e as atitudes da Câmara Municipal do Funchal, dando os seguintes exemplos: -----

A Câmara, na qualidade do Senhor Presidente Paulo Cafôfo: -----



- Tem visitado e apoiado todas as Freguesias e as pessoas fustigadas pelo fogo naquele verão. -----

- Tem feito obras em todas as Freguesias, nomeadamente em Santo António, onde têm elaborado vários projetos para ajudar as pessoas mais necessitadas, através de regulamentos que as vão salvaguardar. -----

O Governo Regional: -----

- Entrega de materiais na Casa do Povo de Santa Maria Maior com a presença dos Presidentes de Junta de Freguesia apenas do PPD/PSD, nomeadamente do Monte e São Roque, levando a crer que os mesmos não são entregues com o devido rigor. -----

- Não se preocupa com a degradação do Bairro do Hospital, que pertence à Freguesia de São Pedro. -----

- Embora tenha reivindicado a Fortaleza do Pico, esta continua fechada. -----

8 – A Senhora Deputada Municipal Maria Idalina Fernandes Silva, do PPD/PSD, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia do Monte, apontou alguns reparos e prestou os seguintes esclarecimentos: -----

- Na reunião de Câmara de dezoito de agosto realizada na Freguesia do Monte, deu o foco dos incêndios, pediu a segurança da freguesia e solicitou que fosse feita uma vistoria conjunta à mesma, com os Técnicos da Câmara, com o Vereador responsável por aquela área e com pelo menos um dos elementos da respetiva Junta de Freguesia. Assim, ficou acordado que na próxima semana organizarão uma visita conjunta à freguesia. -----

- Em relação à inauguração da Capela das Babosas manifestou contentamento e felicitou o Executivo pela sua construção. Porém, fez um reparo em relação aos sanitários porque ao contrário do que anteriormente sucedia, os mesmos só estão em funcionamento quando existem os funerais. -----

- Esclareceu ainda que na Pousada da Juventude também se encontravam duas pessoas

daquela Freguesia. Uma delas, já se encontra na posse das chaves de um apartamento providenciado através do Instituto de Habitação, até à recuperação da sua moradia e da construção da proteção da zona. A outra, não queria regressar a casa, apesar de a mesma já estar recuperada e de tudo ter sido feito pelos Técnicos do Instituto de Habitação. ----- Terminou, alertando e exemplificando para situações em que de facto as pessoas não foram atingidas pelos incêndios mas que tudo fazem para serem comutadas como tal, como ocorreu na Freguesia vizinha de São Roque em que os Técnicos do Instituto de Habitação identificaram e verificaram no local, que o estado do imóvel que um Senhor reivindicava ser uma situação causada pelos incêndios, não correspondia à verdade, pelo que foi sugerido ao mesmo dar início a um processo de recuperação do imóvel através do PRID. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** prestou os seguintes esclarecimentos: -----

- **Ao Senhor Deputado Carlos Rodrigues** começou por referir que o Relatório de Atividades tem falhas, pode ser sempre melhor e naquilo que referiu vão tentar aperfeiçoar. Quanto às verbas do Turismo que foram protocolizadas com o Instituto de Turismo de Portugal, no valor de meio milhão de euros em dois mil e dezasseis, um milhão e duzentos e cinquenta mil euros em dois mil e dezassete e um milhão e duzentos e cinquenta mil euros em dois mil e dezoito, são do regime geral de financiamentos daquele Instituto, vêm diretamente para a Autarquia, não são reembolsáveis e destinam-se, citou: *ao financiamento das intervenções necessárias à recuperação das infraestruturas e do património com interesse turístico existente no Concelho do Funchal.*-----

Pelo que serão aplicadas em património com interesse turístico que foi afetado pelos incêndios e naquele que necessita de recuperação para poderem, de uma perspetiva de prevenção, evitar que venham a ser novamente atingidos, sendo a sua aplicação feita no âmbito do Gabinete da Cidade.-----

Ao Senhor Deputado Américo Dias confirmou que de facto houve uma falha na recolha



do lixo na zona referida pelo mesmo, porque o motorista foi substituído por outro que ainda não tinha a rotina do circuito, encontrando-se no momento a situação regularizada. -----

Confirmou também que realmente existem diversas viaturas que face à idade que apresentam estão a necessitar de reparação, todavia até ao momento não tiveram possibilidade de co-financiamento para a aquisição e atualização da frota, mas logo que seja possível candidatar-se-ão a um financiamento. -----

Continuando esclareceu que foram efetuados e testados com diversos cenários, dois simulacros em dezembro de dois mil e quinze com características diferentes. O CPX, que é uma simulação em gabinete da metodologia e da operacionalidade que se deve de ter, seguindo todos os passos previstos no plano de emergência e depois o LAIVEX que simula situações reais com efeitos cénicos, mobilizando todos os operacionais e todas as instituições que estão envolvidas no Plano de Emergência do Funchal. -----

- **Ao Senhor Deputado Gonçalo Pimenta**, começou por esclarecer que através da AMRAM se candidataram para a atualização da Carta de Risco, encontrando-se a mesma já concluída e inserida na proposta do PDM, porque era uma das lacunas que a proposta feita pela anterior Vereação tinha. -----

Sobre as cinco mil pessoas apoiadas através dos apoios sociais, reconhece que as pessoas não recebem só os apoios da Autarquia e que há programas que necessitam de revisão para alargar o seu âmbito, a sua abrangência e torná-los mais acessíveis beneficiando o maior número de pessoas, como é o caso dos dois programas que são trazidos na ordem de trabalhos daquela sessão. -----

Também reconhece o bom relacionamento com os Presidentes das Juntas de Freguesia, que têm sido exemplares na divulgação e informação diária daqueles programas aos seus fregueses. -----

--- Depois diz não entender a invocação feita ao seu mandatário da juventude, pessoa que

estima e que está fora do País a desempenhar uma função com muito mérito e capacidade. Quanto às suas audiências, mostrou-se aborrecido com a inconveniência daquela observação, porque para além de não fechar a porta a ninguém, no mês de agosto não teve férias devido aos incêndios pelo que, tal como foi manifestada solidariedade com as vítimas dos mesmos, também devia de haver solidariedade para não só com aquele Executivo como para com os funcionários da Câmara. Porque apesar das horas extras pagas, houve horas a troco de nada que as pessoas dedicaram, trabalharam e interromperam elas também as suas férias. -----

Quanto ao mês de julho, por estarem nas presidências abertas, têm privilegiado o contato direto com as ações no terreno e com as respetivas pessoas das freguesias por onde têm ido. -----

Sobre a questão dos Programas de Emprego e dos Jovens elucidou o seguinte: -----

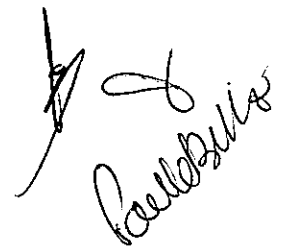
- O Programa de Formação e Contexto de Trabalho, até aos trinta anos têm vinte e nove vírgula cinco por cento, mais de cinquenta anos vinte e cinco por cento, entre os quarenta e um e os cinquenta anos vinte e dois vírgula sete por cento e entre os trinta e um e os quarenta anos vinte e dois por cento. -----

Assim, de todo o universo das pessoas que têm frequentado aquele programa, sessenta e nove vírgula dois por cento conseguiram emprego e sete vírgula sete por cento conseguiram criar o seu autoemprego. -----

- O Programa MEXE-TE com sessenta jovens é um programa de sucesso já reconhecido por entidades externas. -----

- O projeto ESPELHO MEU também tem sido um sucesso e uma ideia muito interessante.

- **Ao Senhor Deputado Eduardo Welsh**, subscreveu o seu reparo porque não é correto o estagiário não ter nada para fazer, pois existe a obrigação de haver uma orientação do estágio com uma função e um projeto concreto. -----



- À **Senhora Deputada Herlanda Amado** disse que já reconheceu ali a melhoria e a necessidade dos Programas Sociais, tal como o Programa Câmara à Porta que é sempre rebatido e que estão a melhorá-lo. -----

Sobre o problema da decomposição dos corpos, esclareceu que é aplicado o produto necessário para acelerar a respetiva decomposição, mas depois é necessário esperar dois anos até ver o efeito dos mesmos. -----

Quanto ao *glifosato* ou produtos derivados, disse que foi erradicada completamente a sua aplicação na Cidade do Funchal, passando a ser tudo feito com limpeza mecânica. -----

Informou também que irão providenciar a entrega da informação dos relatórios dos incêndios e de toda a informação. -----

Transmitiu ainda que têm trabalhado na consolidação de escarpas sobranceiras às vias: Estrada Comandante Camacho de Freitas entre a Socipamo, o Caminho dos Saltos e o Caminho dos Tornos, Rua D. Ernesto Sena Oliveira e Rua Dr. Pestana Júnior, Levada dos Moinhos, Rua 5 de Outubro, Estrada Comandante Camacho de Freitas entre o Encontro e a Rotunda da Fundoa, na vertente sul do Caminho do Cabeço dos Lombos e nas bermas da escarpa e ravina da Estrada do Curral dos Romeiros. -----

Sobre os abrigos de paragem de autocarros, por não ter conseguido essa informação em tempo útil, fará chegar-lhes depois esses dados. -----

Depois esclareceu que não é todo o piso do Lido que apresenta problemas e por o mesmo ter tido uma utilização intensiva durante o verão, apareceram pontos “negros” que irão ser alvo de intervenção, com o acionamento das verbas de garantia da obra, para reposição da segurança das pessoas. -----

Depois voltou a referir-se ao estaleiro da Rua das Dificuldades, dizendo que o mesmo não é para uso dos funcionários, porque estes têm as suas instalações, mas sim para depósito de materiais que são utilizados nas calçadas e na repavimentação dos pisos que estão

degradados. -----

- **Ao Senhor Deputado Donato Macedo** clarificou que o Posto de Turismo tem todas as condições de trabalho para quem lá exerce as suas funções. -----

Sobre a arregimentação dos funcionários que estiveram na sua inauguração, susteve que os mesmos estavam no exercício das suas funções e não para qualquer fim que não esse. Aproveitou assim o quesito para elogiar a diversos níveis, o trabalho exemplar que o Departamento de Economia e Cultura tem feito, o qual inclui uma mescla de gente experiente do quadro, de estagiários e de outras que têm vindo dos Programas de Ocupação e Formação no Contexto de Trabalho. -----

Sobre a ida dos funcionários a uma clinica de saúde, é o procedimento decorrente da chamada Medicina no Trabalho que pela primeira vez foi implementado nesta Câmara. ---

Quanto à desinfestação das instalações, a informação que obteve é que foram cumpridas todas as regras. -----

--- Passando ao **Ponto dois - Acordo de Regularização da Dívida entre o Município do Funchal e a Sociedade ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A., em observância do disposto na al. ccc) do nº 1 do art.º 33º e art.º 24º da Lei nº 75/2013 de 12/09 e nos nºs 1 e 6 do art.º 22º do Decreto-Lei nº 197/99 de 08/06 e nos termos da al. c) do nº 1 do art.º 6º da Lei nº 8/2012 de 21/02**, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara o qual passou-a ao **Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia**, que sobre aquele acordo de regularização de dívida e dirigindo-se ao Senhor Deputado Gonçalo Pimenta, disse: “Neste momento temos executado cerca de 56 milhões de euros em 84 no total. Recordo que o grau de execução orçamental a que nos obrigamos no final de cada exercício é de 85%, e sendo superior a 85% são consideradas boas práticas orçamentais, lembrando novamente que o orçamento é um instrumento previsional de gestão orçamental. -----



Mais, aponto que estamos a analisar um documento que refere 66% do ano até agosto e temos 60% de execução. Portanto, não estamos assim tão longe, sabendo que ainda falta a última tranche do IMI para receber e normalmente os encontros de contas que nós temos com os nossos maiores fornecedores / clientes, que são as empresas do setor empresarial do Governo Regional, são feitos sempre no último trimestre. -----

Em relação a este acordo de regularização de dívida que trazemos, como se deverão recordar na última Sessão de Assembleia de 2013, foi ratificado o acordo de regularização de dívidas de 9 milhões de euros que esta Câmara tinha à IGA – Investimentos e Gestão da Água. Em 2015 nós tivemos um diferendo com o Governo Regional cuja substância relevava-se ao aumento de 14% do preço da água em alta, sendo que esta Câmara não reconheceu e isso é público e está neste momento em contencioso. -----

Esse aumento, fez com que numa perspetiva da contabilidade da empresa que nos passa as faturas, nomeadamente da IGA, a Câmara tivesse que criar nova dívida quando de facto nós não reconhecemos aquela dívida como legítima. Portanto, na altura o que aconteceu foi que unilateralmente a IGA, pela mão do Senhor Presidente de então Eng. Pimenta de França denunciou este acordo que compreendia 9 milhões 549 mil euros, que estava a ser cumprido integralmente pela Câmara nessas prestações, com base na cláusula quinta, que diz que o acordo pode ser denunciado quando a Câmara criar nova dívida superior a 2,5 milhões de euros. -----

Ora, na nossa perspetiva nós não reconhecendo o aumento de 14% não estamos a criar nova dívida, esse foi o entendimento do Eng. Pimenta de França e tanto quanto sei submeteu para execução fiscal junto das Finanças que não teve procedência. -----

Como tal, com a nova administração da ARM, chegamos novamente a um acordo para poder reatar o acordo que tinha sido denunciado e é isso que trazemos agora aqui. O acordo do restante que falta pagar 6,4 milhões de euros o que significa que o acordo inicial

daqueles 9,5 milhões, já foram pagos 3 milhões e estes são os montantes que ficaram em falta depois dessa denúncia unilateral do contrato. -----

Logo, aquilo que trago cá é novamente a ratificação deste acordo de regularização de dívida que não passa de um retomar de um acordo que já tinha sido efetuado em 2013, sendo que o acordo que tinha sido feito também na mesma altura mas para a gestão dos resíduos já foi objeto de um acordo de contas e encontra-se neste momento saldado, era um acordo que a Câmara assinou de cerca de 4 milhões de euros de dívida de taxas de resíduos para pagar, já está liquidado, neste momento só teremos com a ARM este acordo da água.” ---

--- Não havendo inscrições passou-se de imediato à **votação deste Ponto Dois**, o qual foi **aprovado por unanimidade** com trinta e sete votos a favor, sendo dezasseis do GMM, onze do PPD/PSD, cinco do CDS-PP, dois do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes. -----

--- **Ponto três - Contrato de Financiamento sob a Forma de Abertura de Crédito – Prédio sito à Rua dos Barreiros, nº 16, em observância da al. f) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que novamente a passou ao **Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia**, que se transcreve: “ Este Contrato de Financiamento também já veio cá numa das últimas assembleias do ano passado, e nós estamos a ratificar novamente o acordo uma vez que o IHRU que era a entidade que nos iria financiar, ela própria financiava-se no BEI – Banco Europeu de Investimentos, e tinha um contrato assinado com o BEI para poder executar estes acordos de financiamento até o final do ano passado. -----

Nós aprovamos aqui em dezembro e entretanto o IHRU não conseguiu uma prorrogação da utilização desse empréstimo que a exemplo do nosso empréstimo, daquele que nós temos de 10 milhões, têm um prazo para usar, caso contrário já não podem continuar a



usar aquele crédito, como nós também temos 24 meses para usar o nosso crédito de 10 milhões, se não o utilizarmos não chega a ser devolvido o que significa que nunca veio do banco essa transferência financeira. -----

Posteriormente o IHRU conseguiu uma prorrogação do prazo para utilização junto do BEI e os juristas do IHRU aconselharam a todos os contratos que não houve execução financeira, como o caso do nosso e de todos os outros Municípios do País, que voltassem a ser ratificados pela Assembleia para não terem problemas com o visto do Tribunal de Contas e é isto que estamos agora aqui a fazer, é voltar a ratificar o acordo com o IHRU porque o financiamento que o IHRU conseguiu para nos financiar junto do BEI também teve que ser revisto, isto é uma questão puramente legal para que fique tudo dentro da legalidade junto do Tribunal de Contas.” -----

INSCRIÇÕES: -----

1 – O Senhor Deputado Municipal José Maria Abreu Barros, do CDS-PP disse que o grupo municipal do CDS-PP apraz-se com aqueles contratos que são feitos para recuperação daqueles prédios, mas pretendem saber se esses investimentos cingem-se a determinadas freguesias, ou abarcam todas as freguesias do Funchal para que haja uma distribuição homogénea nessa mesma reabilitação? -----

--- **O Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** esclareceu: “De facto nós não podemos financiar com o IHRU qualquer tipo de investimentos, neste caso estamos a utilizar um programa chamado Reabilitar para Arrendar e só tem ilegalidade em prédios e imóveis que sejam propriedade neste caso da Câmara, nós só podemos pedir para reabilitar aquilo que já temos em carteira e este é dos poucos que temos em carteira que ainda não foram reabilitados. Aliás havia até há bem pouco tempo uma situação de um arrendamento de uma pessoa que lá estava, por isso o prédio não pôde ser reabilitado mais cedo. Portanto a Câmara não tem prédios disponíveis por todo o Funchal que sejam suscetíveis de poder

ser subscritos a este tipo de financiamento. -----

De qualquer modo, concordo que nós devemos explorar mais aquilo que são as estruturas de financiamento do IHRU, que ficaram nos últimos 4 anos sem qualquer financiamento do orçamento de estado e é por isso que hoje em dia, como já provamos aqui, sai mais vantajoso para nós recorrermos à banca comercial para fazer investimentos em habitação social do que ao IHRU, o que não quer dizer, que de acordo com as conversas que tivemos também após os incêndios de agosto deste ano, com a Secretaria de Estado e com o próprio Presidente do IHRU, parece-me que há a vontade manifesta de no orçamento de estado do próximo ano poder incluir uma dotação para voltar a haver financiamento a fundo perdido pelo IHRU. -----

Registo a sua preocupação e tudo aquilo que estiver ao nosso alcance de poder financiar e reabilitar, estamos disponíveis e assim o faremos.” -----

--- **Votação do Ponto Três - aprovado por unanimidade** com trinta e sete votos a favor, sendo dezasseis do GMM, onze do PPD/PSD, cinco do CDS-PP, dois do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes. -----

--- **Ponto quatro - Autorização dos Investimentos Inseridos na Contratação de Empréstimo de Longo Prazo até ao Montante de Dez Milhões de Euros, em observância da al. f) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09 e do nº 2 do art.º 51º da Lei nº 73/2013 de 03/09**, apresentado pelo **Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia**: “Esta é mais uma situação que por aqui já passou, já discutimos estes assuntos aquando do Plano de Investimentos do corrente ano, acontece que o novo regime financeiro que veio substituir a Lei das Finanças Locais tem uma rubrica, que explicita que dentro de cada investimento a ser financiado pelo empréstimo desde que este investimento ultrapasse os 10% da totalidade do Plano Plurianual de Investimentos, carece de uma autorização adicional de discussão e autorização adicional da Assembleia.



Nós quando aprovamos o empréstimo dos 10 milhões de euros aprovamos uma lista de obras, dessas obras que foram aprovadas juntamente com o empréstimo, existem duas que ultrapassam os 10% do valor total do Plano Plurianual de Investimentos. -----

A saber, a construção do Complexo Habitacional dos Viveiros e da Quinta Falcão incluído no programa Amianto Zero, mais uma vez foi um dos pontos que foi levantado aquando do visto do Tribunal de Contas e nós para fazer cumprir todos os preceitos legais trazemos cá à Assembleia para aprovação, estes dois investimentos em particular e todos aqueles que ultrapassem doravante os 10% para dar cumprimento à validação, porque a Lei 73/2013 diz que desde que sejam financiados pelo empréstimo terão que passar por aqui, e é a primeira vez que se faz isto na Região e pelos vistos também a nível Nacional. -----

Foi a primeira vez que um investimento financiado por um empréstimo chegava ao Tribunal de Contas para visto, uma vez que nós estamos aqui a fazer jurisprudência na matéria qualquer das formas vamos dar cumprimento àquilo que está na Lei.” -----

--- **Votação do Ponto Quatro - aprovado por unanimidade** com trinta e oito votos a favor, sendo dezasseis do GMM, doze do PPD/PSD, cinco do CDS-PP, dois do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes. -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

1 – O Senhor Deputado Municipal Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues, do PCP/PEV-CDU declarou não poderem deixar de valorizar a concretização daquele empréstimo, porque quer pela persistência e reivindicação das pessoas e pela pressão e proposta daquela bancada, verão finalmente os moradores dos Bairros dos Viveiros e da Quinta Falcão, as tão desejadas e necessárias intervenções avançarem. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, Independente** interpelou a Mesa para que a mesma tivesse em atenção as pessoas presentes e não presentes na votação, porque em certas votações têm havido muitas ausências. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia respondeu que a Mesa está a cumprir com o seu papel, controlando as presenças e ausências. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara o qual a passou à **Senhora Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes**, para apresentar o **Ponto Cinco - Alteração do Mapa de Pessoal para 2016, em observância do disposto na al. o) do nº1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, que se transcreve:

“Trazemos hoje a esta Assembleia uma proposta relacionada com os Bombeiros Municipais e que, não nos deixando ainda satisfeitos, nos incentiva a tentar colaborar na resolução desta questão complicada que já poderia ter um melhor enquadramento. -----

A transição para a carreira de Sapadores Bombeiros é uma aspiração antiga dos bombeiros e, neste momento, o executivo da Câmara Municipal do Funchal aproveitou uma janela de oportunidade, para se começar a preparar um caminho positivo nesse sentido. Assim: -----

- A 21 de julho deste ano, levámos à reunião de câmara uma proposta de deliberação que permite que o corpo de bombeiros da CMF passe a designar-se por “Corpo de Bombeiros Sapadores do Funchal”. Essa proposta mereceu a unanimidade de vereadores e vereadoras. Para além dessa designação, propusemos igualmente que se criassem no nosso Mapa de Pessoal 150 lugares de sapadores. -----
- Já a 06 de setembro, em sede de reunião de câmara, propusemos que se concretizasse, trazendo a esta Assembleia Municipal a alteração do mapa de pessoal com a distribuição concreta de todos os lugares de sapadores que passarão a integrar o corpo de funcionários desta Câmara, logo que a transição seja possível.

Este é um sinal concreto que esta Câmara pretende dar de abertura e colaboração num processo que tem demorado demasiado tempo a resolver-se e que acaba por desmotivar trabalhadoras e trabalhadores que, não sendo mais importantes do que todos os outros, acabam por ser um recurso essencial em situações de risco e emergência. -----



Para ajudar a resolver este intrincado assunto, temos feito contactos com o Governo da República, através do Senhor Presidente da Câmara, no sentido de sensibilizar para a urgência e necessidade da rápida resolução deste problema. -----

Já agora, informo para quem não saiba que foi aprovada ontem, em reunião de Câmara, a abertura de um procedimento concursal para a admissão de 24 bombeiros municipais. O último recrutamento aconteceu em 2001. Estamos a investir na qualificação e renovação destes nossos colaboradores e colaboradoras. -----

Voltando ao início, esta proposta que hoje aqui trazemos, garantirá que, logo que haja legislação de suporte, os nossos bombeiros municipais possam iniciar o seu processo de transição para uma carreira mais aliciante e motivadora. -----

Por outro lado, aproveitando a oportunidade da alteração do Mapa de Pessoal, propusemos igualmente o aumento do número de técnicos superiores na área de Recursos Humanos, área essa que está muito deficitária, sobrecarregando e penalizando quem atualmente desenvolve aí o seu trabalho. Isto permitir-nos-á abrir um concurso interno à função pública, para que a Divisão de Recursos Humanos consiga dar uma resposta mais eficaz a todas as pessoas que trabalham na CMF. -----

Tenho a certeza de que V. Exas concordarão com estas propostas, dando-lhes uma aprovação por unanimidade. Para o nosso Corpo de Bombeiros, a unanimidade fará toda a diferença". -----

--- **Votação do Ponto Cinco - aprovado por unanimidade** com trinta e oito votos a favor, sendo dezasseis do GMM, doze do PPD/PSD, cinco do CDS-PP, dois do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes. -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

1 – O Senhor Deputado Municipal José Carlos Rodrigues Ferreira, do PCP/PEV-CDU proclamou que só poderiam votar a favor porque aquele será um passo importante e

concreto, para que a justíssima reivindicação dos Bombeiros veja luz ao fundo ao túnel. E apesar de algumas propostas e afirmações demagógicas de alguns, aqueles sabem quem fala e nada faz e quem os defende sem demagogias e com propostas concretas. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto Seis - Lista para Nomeação de Juizes Sociais, em observância do art.º 36º do Decreto-Lei nº 156/78 de 30/06**, o qual prescindiu da sua apresentação. -

--- **A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM** interpelou a Mesa para tirar a dúvida se estão a proceder corretamente à votação daquele ponto, uma vez que são nomes de pessoas que estão a aprovar e quando isso acontece a votação é secreta. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que fica registada a sua dúvida, mas aquela é a votação de uma lista dântica a outras situações em que foram votadas listas. --

--- **Votação do Ponto Seis - aprovado por unanimidade** com trinta e oito votos a favor, sendo dezasseis do GMM, doze do PPD/PSD, cinco do CDS-PP, dois do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia ao passar para o **Ponto Sete - Projeto de Revisão do Regulamento do Programa de Atribuição do Subsídio Municipal ao Arrendamento, em observância da al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, informou que deu entrada na Mesa daquela Assembleia propostas de alteração ao assunto daquele Ponto, pelos grupos municipais do CDS-PP, PCP/PEV-CDU e pelo GMM, sendo que o CDS-PP propõe uma alteração ao Artigo 6º, nomeadamente um novo articulado para o número 2 e número 4 do mesmo e a introdução de um número 5. -----

O PCP/PEV-CDU propõe uma alteração para o número 1 do Artigo 8º e para a alínea iii) do número 2 do Artigo 12º. -----

O GMM propõe uma alteração para a alínea iii) do número 1 do Artigo 5º, para a alínea ii)



e alínea v) do número 1 do Artigo 7º e ainda para o número 2 e o número 3 do Artigo 9º. --
Assim primeiro votarão as alterações propostas e depois o documento final do regulamento
com as alterações entretanto votadas e aprovadas. -----

Para a apresentação do Ponto deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que a
passou à **Senhora Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes**, que
elucidou: “Como é sabido, no Regulamento do Programa do Subsídio Municipal ao
Arrendamento prevê-se a sua revisão ao fim de um ano de aplicação. Aliás, isto acontece
com a maioria destes regulamentos criados desde 2014. -----

Com efeito, reavaliar faz parte de um processo de procura da melhoria, de forma a prestar
um melhor serviço público ao munícipe. -----

Aproveitámos assim para: -----

- Por um lado, aperfeiçoar o articulado do regulamento, de forma a otimizar os
procedimentos e a facilitar alguma documentação requerida, tendo em conta a
experiência da aplicação deste regulamento; -----
- Por outro, adequámos estes apoios à realidade social que vai evoluindo e aos
contextos sociais com que fomos sendo confrontados. -----

Antes de identificar alguns aspetos cuja alteração propomos, gostaria de lembrar que, após
quase dois anos de aplicação deste regulamento, conseguimos apoiar 226 agregados
familiares e já investimos € 250.000 na melhoria das condições de vida dos munícipes.
Permitimos que muitos deles conseguissem permanecer na sua morada de família. -----

Passemos agora a esta proposta que esteve em discussão pública. As alterações que
surgem dizem respeito ao: -----

- Rendimento per capita que subiu de 419,22€ (IAS) para 628,83€ (1,50 IAS). -----
- Valor da renda a apoiar: antes apoiávamos a partir dos 180€, agora a partir dos 150€.
O teto máximo de renda a apoiar também foi alterado. De 475€, passámos para

500€. -----

- O apoio máximo que damos passou de 100€, para 125€. -----
- Mexemos igualmente na duração do apoio. Tínhamos um limite de 24 meses e, neste momento, retirámos esse limite, mantendo o apoio enquanto as famílias necessitarem. -----
- Há um grupo de alterações que dizem mais respeito a questões de linguagem, tentando clarificar o articulado em algumas partes. -----

O Subsídio Municipal ao Arrendamento tem sido um instrumento de inclusão social eficaz, proporcionando a muitas famílias uma vida melhor e mais feliz. O nosso Fundo de Investimento Social tem sido uma aposta ganha e funcional. Ao investirmos nas pessoas, ajudamos a diminuir a desigualdade social, contribuímos para uma maior felicidade das crianças e apostamos na melhoria da qualidade de vida das pessoas que habitam no nosso território. Se há 3 anos o Fundo de Investimento Social era uma promessa, hoje é uma realidade conseguida e motivadora”. -----

INSCRIÇÕES: -----

1 – O Senhor Deputado Municipal Américo João da Silva Dias, do CDS-PP manifestou-se apenas sobre o Projeto de Revisão ao Regulamento que o PCP/PEV-CDU apresentou, porque entende que há os seguintes lapsos legislativos: -----

- No número 1 do Artigo 8º as palavras *em regra* e *consecutivo* devem de ser retiradas, porque *em regra* significa que à exceção e administrativamente, salvo quando menciona dias úteis, o prazo é sempre *consecutivo*, assim a redação deveria ser: “*objeto de apreciação, no prazo de...*”. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que do ponto de vista jurídico a questão colocada tem a sua pertinência por isso, solicitou aos Senhores Deputados do PCP/PEV-CDU para se pronunciarem se concordam com a sugestão de alteração da proposta feita



pelo Senhor Deputado Américo Dias, quando fizerem a sua intervenção sobre aquela matéria. -----

2 - A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM explanou que o GMM apresentou propostas de alteração, porque ao analisarem a proposta de Regulamento que a reunião de Câmara tinha aprovado, concluíram que havia algumas pequenas clarificações que deviam de ser feitas, tais como: clarificar que a renda mensal tem o valor máximo de quinhentos euros, que o atestado / declaração são emitidos pelas Juntas de Freguesia, que o apoio às rendas mensais seja igual ou inferior a cento e quarenta e nove euros e a quem tiver um rendimento mensal per capita igual ou inferior a cem por cento do IAS. -----

Sobre a proposta da CDU manifestou que estão em concordância e em relação à apreciação da proposta do CDS-PP, remeteu-a para o Deputado de bancada Duarte Caldeira. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** fez os seguintes esclarecimentos: -----

- A proposta do CDS-PP não altera o espírito da proposta do PCP/PEV-CDU, logo os efeitos práticos mantêm-se com a alteração da linguagem jurídica proposta pelo grupo municipal do CDS-PP. -----

- Na proposta do GMM verificou que a alínea i) do número 3 do art.º 9 terá de ser alterada para renda mensal igual ou inferior a cento e cinquenta euros, porque o número 2 do referido artigo refere: *para rendas entre €150.00 e €500.00...*, logo qualquer renda entre os cento e quarenta e nove mil e os cento e cinquenta euros, deixa de estar abrangida por aquele articulado e não é considerada no âmbito daquele diploma. -----

3 – O Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, do GMM manifestou os seguintes diferendos: -----

- Julga que o valor do IAS ser de um vírgula cinco por cento, eleva o valor. -----

- As burocracias deviam continuar a existir, porque é desse modo que conseguem descortinar os senhorios infratores que não materializam contratos para não pagar impostos. -----

- Deveria existir mais fiscalização no processo de arrendamento, porque basta alguém apresentar-se nas Juntas de Freguesia com testemunhas que asseverem que vivem na mesma há mais de um ano, para aquelas os atestarem. -----

- A duração do apoio deveria de ser limitado, para que as pessoas não fiquem subsídio-dependentes. -----

- O cruzamento de dados também deveria de existir, para não haver pessoas a receber mais do que um apoio com o mesmo fim. -----

4 – O Senhor Deputado Municipal Duarte Luis F. Caldeira Ferreira, do GMM manifestou os seguintes reparos em relação à proposta de alteração do CDS-PP: -----

- No ponto dois onde diz: *é da responsabilidade das Juntas de Freguesia em colaboração com os serviços...*, deveria ler-se: *é da responsabilidade dos serviços municipais em colaboração com as Juntas de Freguesia*. -----

Pois este é um regulamento da Câmara e não das Juntas, logo as mesmas não podem assumir aquela responsabilidade, além de que aquela Assembleia não lhes pode dar responsabilidades. -----

- No ponto quatro diz: *proceder a avaliação e o acompanhamento*. -----

Concorda que haja acompanhamento, porém julga que as Juntas de Freguesia não têm capacidade técnica para proceder a avaliação. -----

5 – O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP expôs e esclareceu que a proposta do CDS-PP visa fundamentalmente uma maior eficiência e eficácia dos Programas desencadeados pela Câmara, porque alguns deles não têm tido a eficácia desejada. Daí julgarem que a articulação e colaboração entre as Juntas de



Freguesia e a Câmara tornariam essa eficácia mais eficiente. Contudo, aceitam alterar a redação retirando *da responsabilidade das Juntas de Freguesia*, porque o que interessa é a sua operacionalização. -----

Também creem que as candidaturas poderiam ser submetidas através do site, a exemplo do que se passa na Câmara de Lisboa, que através de um simulador o munícipe sabe se está ou não abrangido pelo programa, facilitando e evitando pedidos de atestados e deslocação à Autoridade Tributária. -----

Assim, Recomenda verbalmente que, se possível, seja incluído este simulador nos serviços e no site da Câmara. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luis F. Caldeira Ferreira, do GMM** contrapôs que apesar de estarem esclarecidos em relação ao ponto dois, continua a discordar do ponto quatro no que se refere à *avaliação* porque opina que isso deve de estar centralizado na Divisão de Desenvolvimento Social da Autarquia. -----

6 – A Senhora Deputada Municipal Raquel João Martins da Silva, do PPD/PSD começou por dizer que lhes apraz muito que aquele regulamento tenha sido revisto, porque ao longo de toda a sua vigência têm alertado para as situações de algum insucesso dos mesmos. -----

Também registaram com muito agrado, que a Coligação Mudança tenha apresentado uma proposta para que aquele programa apoiasse também as rendas mais baixas, pois isso também já tinha sido um alerta do PPD/PSD no passado, pelo que o irão votar favoravelmente. -----

Em relação à proposta do PCP/PEV-CDU de reduzir o prazo, consideram essa medida benéfica para as pessoas terem uma resposta mais imediata, mas é preciso um esforço da Câmara para que os mesmos sejam cumpridos, porque em direito quando um *deve de ser* não é acompanhado de uma sanção de incumprimento, não vale de nada e muitas vezes

fica esquecido. Embora saibam que a dificuldade da resposta muitas vezes advém do facto de ser um processo muito burocrático, com toda uma série de papelada, porque por uma questão cultural, em Portugal para tudo o que é preciso é necessário comprovar e tudo é extremamente complicado em termos legislativos. -----

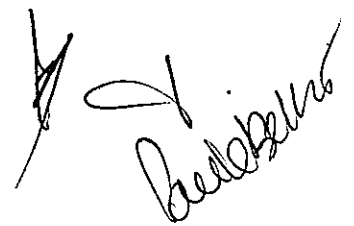
Também concordam que há famílias que não conseguem sair da armadilha da pobreza, porque ficam no conforto da dependência do subsídio e isso inibe-as de procurar a sua autonomia. Por isso, os Municípios e o Governo precisam de criar uma intervenção de fundo dando-lhes formação, educação, ensinar-lhes a ter objetivos de vida, responsabilidades e a criarem a ideia de que a vida não é feita só de direitos, mas também de deveres em colaboração para com a sociedade que todos constroem no dia-a-dia. -----

Terminou alertando o Senhor Deputado Roberto Vieira que se eventualmente a Câmara apoiou algum agregado familiar, que já possuía apoio está a violar o regulamento. Porque os documentos são solicitados de ambas as entidades apoiantes e funcionam, por isso crê que se isso sucedeu seja uma exceção. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, do GMM** retorquiu que tal como ele todos sabem que existem pessoas que vivem com mais de um apoio monetário e com apoios em géneros por mais do que uma instituição. -----

Em relação aos senhorios infratores, impute a responsabilidade da existência dos mesmos ao Governo Regional por não cumprir com a sua parte fiscalizadora nem fazer cruzamento de dados entre as Secretarias Regionais das Finanças, da Educação e da Saúde, por exemplo. Porque nas Freguesias de Santo António e de São Roque existem pessoas que são apoiadas pela Segurança Social, a viverem de aluguer em condições sub-humanas em garagens e casas onde foram improvisados quartos, e nem a Junta de Freguesia nem a Segurança Social denuncia aquela situação à Secretaria Regional das Finanças. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel João Martins da Silva, do PPD/PSD** refutou



que mesmo que a Secretaria Regional de Finanças fiscalize, pouco mais pode fazer porque ninguém pode entrar na casa da pessoa sem uma ordem do Tribunal. -----

E o Governo Regional não pode interferir nos contratos de arrendamento e na forma como os senhorios usam as suas casas bem ou mal, essa questão é, como já referiu anteriormente, um problema de formação, de educação, de falta de carácter e de cultura dos senhorios que têm uma ganância exacerbada. -----

Contudo, acredita que é feito o cruzamento de dados, por isso aquelas que beneficiam de mais do que um apoio e não deveriam, são poucos e são a exceção. -----

7 - O Senhor Deputado Municipal Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues, do PCP/PEV-CDU comunicou que aquela bancada concorda retirar no Artigo 8º a palavra: *em regra*. ---

--- **O Senhor Deputado Municipal Américo João da Silva Dias, do CDS-PP** sugeriu ainda que uma vez que é retirada a palavra *em regra*, retirassem também a palavra *deverão* porque é futuro e as candidaturas *devem* ser objeto de apreciação. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues, do PCP/PEV-CDU** disse que também concordam com aquela alteração. -----

--- **A Senhora Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes** começou por esclarecer o **Senhor Deputado Gonçalo Pimenta** dizendo que a sugestão do simulador é uma questão que, com a introdução da Loja do Município e da agilização de uma série de processos, será facilmente realizável. -----

- **Ao Senhor Deputado Roberto Vieira e à Senhora Deputada Raquel Silva**, disse que se há pessoas que efetivamente se aproveitam dos subsídios, elas não são a maioria e concorda que de facto caem numa rotina de pobreza da qual é muito difícil sair. Por isso, subscreve completamente aquilo que disse a Senhora Deputada Raquel Silva, sobre ser necessário dar ferramentas às pessoas para as ajudar a sair daquela situação. -----

E por de facto ser necessário funcionar em rede, naquela Câmara sempre que as pessoas

vêm à Audiência ou quando se dirigem à Divisão de Desenvolvimento Social, é-lhes sempre apresentada propostas ou outras alternativas que podem usufruir não só através dos serviços da Autarquia, mas também na rede de instituições governamentais ou não, para as ajudar a sair dessa rotina e dessa linha de pobreza. -----

Assim, têm apostado numa ferramenta, que está estudado e provado ser o sucesso profissional das próprias pessoas, que é a questão da educação, por isso têm sustentado muito em projetos que são abertos aos munícipes, que não moram nos bairros sociais, para fazerem o complemento das suas formações, tal como: **Escola vai ao Bairro**, com a colaboração da Escola de São Roque, onde fazem educação e formação de adultos. -----

Depois contestou completamente a questão do tempo de resposta, que também foi focada pelo Senhor Deputado Gonçalo Pimenta, porque, por exemplo, para O Subsídio Municipal ao Arrendamento, as pessoas têm de entregar a documentação até ao dia dez de cada mês, mas antes do mês acabar já têm as respostas todas dadas e no mês seguinte as pessoas já estão a responder. Por exemplo, tiveram conhecimento no dia anterior da listagem dos casos que entraram no mês corrente, e quando cruzaram com a Divisão de Desenvolvimento Social já estavam todos na lista de pagamento do Departamento Financeiro, para receberem no próximo mês o depósito ou a verba para a ajuda ao pagamento do seu arrendamento. -----

Também diz que é difícil cruzar dados mas estes são sempre feitos dos dois lados, porque quando existem dúvidas os serviços contactam uns com os outros, para não haver arrendamentos dos dois lados, da Autarquia e da Segurança Social. -----

Para terminar disse que aqueles programas não são nenhum flop, pois estão a ser investidos na melhoria da qualidade de vida e na felicidade das pessoas que moram no Funchal, como prova o valor executado de cerca de novecentos mil euros do fundo de investimento social de um milhão de euros para dois mil e dezasseis. -----



--- **O Senhor Presidente da Assembleia** passou à votação a **Proposta de Alteração, apresentada pelo Grupo Municipal do CDS-PP, ao Artigo 6º do Regulamento de Atribuição de Subsídio Municipal ao Arrendamento – Aprovada por unanimidade** com trinta e dois votos a favor, sendo dezasseis do GMM, sete do PPD/PSD, quatro do CDS-PP, dois do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes, com a seguinte redação:

1 – (...) -----

2 – Compete aos Serviços de Divisão de Desenvolvimento Social em colaboração com as Juntas de Freguesia a receção e acompanhamento das candidaturas, bem como a prestação de informações e esclarecimentos aos candidatos. -----

3 – (...) -----

4 – (...) -----

5 – A candidatura ao programa poderá ser submetida através do sítio da Câmara Municipal do Funchal. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a **Proposta de Alteração, apresentada pelo Grupo Municipal do PCP/PEV-CDU, ao Artigo 8º do Regulamento de Atribuição de Subsídio Municipal ao Arrendamento - Aprovada por unanimidade** com trinta e dois votos a favor, sendo dezasseis do GMM, sete do PPD/PSD, quatro do CDS-PP, dois do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes, com o seguinte articulado: -----

1 – Sem prejuízo de eventuais prorrogações, e desde que os processos estejam devidamente instruídos, as candidaturas devem ser objeto de apreciação, no prazo de 30 dias consecutivos. -----

2 – (...) -----

--- **Votação da Proposta de Alteração, apresentada pelo Grupo Municipal do PCP/PEV-CDU, à al. iii) do nº 2 do Artigo 12º do Regulamento de Atribuição de Subsídio**

Municipal ao Arrendamento - Aprovada por unanimidade, com o seguinte conteúdo: -

1 – (...) -----

2 – (...) -----

iii) A não entrega trimestral dos recibos de renda. -----

(...) -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** passou à **votação a Proposta de Alteração**, apresentada pelo **GMM - Grupo Municipal Mudança**, à alínea iii) do nº 1 do Artigo 5º, do **Regulamento de Atribuição de Subsídio Municipal ao Arrendamento - Aprovada por maioria** com trinta votos a favor, sendo dezasseis do GMM, sete do PPD/PSD, quatro do CDS-PP, três dos Deputados Independentes e duas abstenções do PCP-PEV-CDU, com a seguinte redação: -----

1 – (...) -----

iii) A renda mensal ter como valor máximo €500.00. -----

(...) -----

--- **Votação da Proposta de Alteração**, apresentada pelo **GMM - Grupo Municipal Mudança**, à alínea ii) e à alínea v) do nº 1 do Artigo 7º, do **Regulamento de Atribuição de Subsídio Municipal ao Arrendamento - aprovada por unanimidade** com trinta e dois votos a favor, sendo dezasseis do GMM, sete do PPD/PSD, quatro do CDS-PP, dois do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes, com o seguinte articulado: -----

1 – (...) -----

ii) Atestado/Declaração de residência da Junta de Freguesia, onde deverá constar a composição do agregado familiar e o tempo de residência. -----

(...) -----

v) Contrato de arrendamento, com o comprovativo da sua comunicação à autoridade tributária. -----



(...) -----

--- **Votação Proposta de Alteração, apresentada pelo GMM - Grupo Municipal Mudança, dos pontos 2 e 3 do Artigo 9º do Regulamento de Atribuição de Subsídio Municipal ao Arrendamento - Aprovada por maioria** com vinte e nove votos a favor, sendo quinze do GMM, sete do PPD/PSD, quatro do CDS-PP, três dos Deputados Independentes e três abstenções, uma do GMM e duas do PCP/PEV-CDU, com o seguinte teor: -----

1 – (...) -----

2 – Para rendas entre €150.00 e €500.00, o montante do SMA a atribuir resulta da aplicação do seguinte quadro: -----

Rendimento mensal <i>per capita</i>	Montante do SMA
Até 100 % IAS	€125
Até 125 % IAS	€80
Até 150% IAS	€60

3 – O montante do SMA será de 50% do valor da renda, desde que, cumulativamente, se encontrem preenchidas as seguintes condições: -----

i) Renda mensal inferior a €150.00. -----

ii) Rendimento mensal *per capita* igual ou inferior a 100% do IAS. -----

4 – (...) -----

--- **Votação do Ponto sete - Projeto de Revisão do Regulamento do Programa de Atribuição do Subsídio Municipal ao Arrendamento, em observância da al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09 - Aprovado por maioria** com trinta e um votos a favor, sendo quinze do GMM, sete do PPD/PSD, quatro do CDS-PP, dois do PCP-PEV-CDU, três dos Deputados Independentes e uma abstenção do GMM, **contemplando a redação das propostas anteriormente debatidas e aprovadas.** -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

1 – O Senhor Deputado Municipal Guido Marcelino Mendonça Gomes, GMM felicitou a Autarquia e congratulou-se por aquela proposta definitivamente dar uma certa alavancagem de apoio ao arrendamento, porque verifica no contacto que tem com os municípios que muitos devido ao sufoco financeiro que estão a atravessar temem ficar sem abrigo. -----

--- **Ponto oito - Projeto de Revisão do Regulamento de Ajuda na Comparticipação Municipal de Medicamentos, em observância da al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09, apresentado pela Senhora Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes,** “Uma vez que esta é a minha segunda intervenção sobre revisão de regulamentos, abstenho-me agora de tecer as considerações que teci para o SMA, uma vez que os considerandos são os mesmos. -----

Quero, sim, aproveitar para, em forma de balanço, realçar que: -----

- Já apoiámos 175 pessoas idosas e bastante carenciadas, de forma a poderem ter uma ajuda que lhes permite adquirir medicamentos que necessitam para manterem um estado de saúde controlado e de qualidade; -----

Com esta revisão, pretendeu-se: -----

- Harmonizar a estrutura deste regulamento com a dos restantes regulamentos de apoios sociais, de forma a termos as mesmas unidades de cálculo, por exemplo; ---
- Simplificar a sua estrutura e operacionalidade; -----
- Melhorar a sua redação e aplicação; -----
- Abranger novas realidades sociais; -----
- Contribuir para a melhoria das condições de vida dos agregados familiares e municípios funchalenses; -----
- Consequentemente pretendemos prestar um ainda melhor serviço, sendo ainda mais céleres. Numa área como a social, esta rapidez nunca é em excesso. -----



Olhando, agora, para as alterações introduzidas, gostaria de realçar só algumas delas, visto que V. Exas leram com atenção o texto. -----

- Alargámos a idade de acesso, antecipando-a para os 55 anos; -----
- Propomos que também doentes crónicos sejam apoiados; -----
- Subimos o rendimento *per capita* das pessoas que podem ser abrangidas por este programa. De 379€ (pensão mínima da segurança social), passámos a abranger agregados familiares com um rendimento *per capita* até 628,83€ (1,5 IAS); -----

Aumentámos o valor do apoio. De 20€ passámos para 30€ de apoio máximo”. -----

INSCRIÇÕES: -----

1 – O Senhor Deputado Municipal José Carlos Rodrigues Ferreira, do PCP/PEV-CDU

expôs o seguinte: “É positivo o alargamento da faixa etária proposta no Artigo 2º (Âmbito da aplicação). Passa de igual ou superior a 65 anos para igual ou superior a 55 anos. -----

No **Artigo 7º (Instrução do processo)**, do regulamento atual, informava de um conjunto de locais onde era possível apresentar a candidatura. Incluía, por exemplo, as Juntas de Freguesia. -----

Na proposta em discussão, **Artigo 6º (Candidatura)** desaparece essa referência. Considera-se que, à luz do que está proposto, a entrega da candidatura/requerimento deverá ser feita exclusivamente na Divisão de Desenvolvimento Social, o que é errado na nossa opinião, porque contraria o que a Câmara tem vindo a afirmar da participação das Juntas de Freguesia. Neste sentido estamos de acordo com a proposta apresentada pelo CDS. -----

O **Artigo 8º (Procedimentos)** define um prazo de **45 dias seguidos** para apreciação das candidaturas. Excessivo por isso também mereceu uma proposta da CDU. -----

No regulamento em vigor, o **Artigo 5º (Cálculo dos rendimentos)**, apresenta a fórmula de cálculo do rendimento *per capita*. -----

Na nova proposta, Artigo 9º (**Atribuição**) é definida uma tabela. Como é feita a correspondência entre a tabela e o cálculo do rendimento? -----

No nº 5 do Artigo 9º da nova proposta, refere-se um **carregamento mensal no cheque saúde eletrónico, entre os dias 1 e 8**. No regulamento em vigor é referido que o “*carregamento mensal será utilizado no prazo máximo de quarenta e cinco dias, sob pena de caducidade*”. Isto significa dizer que não existe prazo para utilização do valor do carregamento e que o mesmo é acumulável?” -----

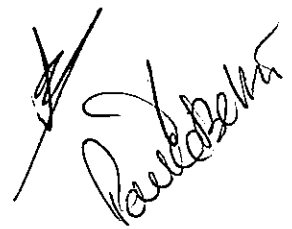
2 – O Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, do GMM embora na generalidade concorde com aquele regulamento, propôs acabar com a terceira alínea e distribuir os dez euros pela primeira e segunda alínea, beneficiando mais aqueles que precisam, e justificou exemplificando: uma família de quatro pessoas em que o casal usufrua um salário de mil e duzentos euros cada um e tendo dois filhos menores, dá um valor *per capita* de seiscentos euros, por isso julga não fazer muito sentido ajudar famílias nestas condições. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou o Senhor Deputado Roberto Vieira que para aquela proposta ser votada a mesma terá de ser redigida e entregue à Mesa. -----

3 - O Senhor Deputado Municipal Duarte Luis F. Caldeira Ferreira, do GMM referiu que sendo os pressupostos desta Proposta de alteração, os mesmos da Proposta anterior as alterações havidas anteriormente deverão manter-se nesta Proposta. -----

4 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM começou por chamar à atenção que uma vez que aquelas alterações estiveram em discussão pública, e foram devidamente enviadas para todos os Deputados Municipais, estes tiveram tempo para fazer as alterações pensadas e refletidas. -----

Depois congratulou-se por ter havido um decréscimo da idade dos candidatos a estes apoios, de sessenta e cinco para cinquenta e cinco anos, ressaltando também



o abrangimento do apoio aos doentes crónicos. -----

--- **A Senhora Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes** respondendo às questões colocadas começou por dizer: -----

- Que o valor é acumulável. -----

- A tabela é aplicada seguindo o Artigo 4º. -----

- Em relação às Juntas de Freguesia a articulação que existe com as mesmas vai manter-se. -----

- Relativamente ao *per capita* ser muito elevado, lembrou que há medicamentos que são muito caros e que há que produtos que não são comparticipados, mas por recomendação médica, muitas pessoas têm de os usar. Por isso pareceu-lhes sensato prever um IAS e meio. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** questionou ao GMM se iam apresentar a proposta que o Senhor Deputado Roberto Vieira apresentou, ao que os mesmos responderam que não. -----

De seguida deu início à votação das Propostas de Alteração apresentadas pelo CDS-PP e pelo PCP/PEV-CDU. -----

--- **Votação da Proposta de Alteração, apresentada pelo Grupo Municipal do CDS-PP, ao Artigo 6º do Regulamento de Ajuda na Comparticipação Municipal de Medicamentos - Aprovada por maioria** com trinta e um votos a favor, sendo quinze do GMM, sete do PPD/PSD, quatro do CDS-PP, dois do PCP-PEV-CDU, três dos Deputados Independentes e uma abstenção do GMM, com o mesmo articulado que foi votado no Regulamento anterior e que se transcreve: -----

1 – (...) -----

2 – Compete aos Serviços de Divisão de Desenvolvimento Social em colaboração com as Juntas de Freguesia a receção e acompanhamento das candidaturas, bem como a

prestação de informações e esclarecimentos aos candidatos. -----

3 – (...) -----

4 – A candidatura ao programa poderá ser submetida através do sítio da Câmara Municipal do Funchal. -----

--- **Votação da Proposta de Alteração, apresentada pelo Grupo Municipal do PCP/PEV-CDU, ao Artigo 8º do Regulamento de Ajuda na Participação Municipal de Medicamentos - Aprovada por unanimidade** com trinta e dois votos a favor, sendo dezasseis do GMM, sete do PPD/PSD, quatro do CDS-PP, dois do PCP-PEV-CDU e três dos Deputados Independentes, com a reformulação do articulado adotada no Regulamento anterior e que se transcreve: -----

1 – Sem prejuízo de eventuais prorrogações, e desde que os processos estejam devidamente instruídos, as candidaturas devem ser objeto de apreciação, no prazo de 30 dias consecutivos. -----

2 – (...) -----

--- **Votação do Ponto oito - Projeto de Revisão do Regulamento de Ajuda na Participação Municipal de Medicamentos, em observância da al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09 - Aprovado por maioria** com trinta e um votos a favor, sendo quinze do GMM, sete do PPD/PSD, quatro do CDS-PP, dois do PCP-PEV-CDU, três dos Deputados Independentes e uma abstenção do GMM, **com a redação das propostas anteriormente debatidas e aprovadas.** -----

--- Por esta ocasião o **Senhor Presidente da Assembleia** anunciou que a segunda Secretária da Mesa Nélia Maria G. Vieira Aguiar, por motivos devidamente justificados, será substituída pelo Senhor Deputado Municipal José Maria Abreu Barros, do CDS-PP. -----

--- De seguida passou para o **Ponto nove - Proposta de deliberação sobre a Isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) durante 2 anos para todos os edifícios, total**



ou parcialmente danificados pelos incêndios ocorridos no concelho do Funchal durante a segunda semana de agosto, em observância do disposto na al. d) do art.º 15º e nº 2 do art.º 16º da Lei n.º 73/2013 de 03/09 e da al. ccc) do nº 1 do art.º 33º, conjugada com a al. c) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09, sendo o mesmo apresentado pelo **Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** e que se transcreve: "Gostaria de fazer um pequeno enquadramento em relação a esta deliberação, sobre a isenção do imposto municipal a imóveis nos 300 prédios que foram objeto de algum tipo de danos nos incêndios de agosto último. -----

Como manda a Lei temos que ter uma estimativa da despesa fiscal que incorre nesta isenção que nós vamos dar, que ronda os cem mil euros. A forma que chegamos a esta estimativa, não tendo acesso a todas as matrizes e ao valor patrimonial tributário destes 311 edifícios, tivemos que fazer uma média que é esta e serão obrigatoriamente objeto de inscrição até ao dia 30 de novembro no site da Autoridade Tributária. -----

Isto foi aprovado em reunião de Câmara por unanimidade e eu presumo que não haja qualquer tipo de discordância sobre a aplicação da isenção sobre estes imóveis. -----

Agora também gostaria de enquadrar e uma vez que foi hoje na parte da manhã e ontem quando apresentamos uma recomendação ao Governo Regional sobre matéria fiscal, fomos acusados de estar a extravasar aquilo que são as competências do Município quando na verdade o Artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, particularmente na alínea bbb), diz que é da competência dos Municípios apoiar todas as funções do Estado com recomendação ou seja com outro tipo de colaboração ativa, acho que faz todo o sentido e o próprio foi reconhecido aqui pelo Senhor Deputado do PPD/PSD hoje de manhã, que está no seu legítimo direito a Câmara de recomendar ao Governo Regional em matéria de assuntos de natureza fiscal. -----

Agora o que não pode acontecer e o que é responsabilidade e competência única e

exclusiva desta Assembleia, é deliberar sobre matéria de isenção de IMI no Concelho do Funchal, não pode haver outra entidade a deliberar, se pronunciar e isentar de IMI que não seja esta Assembleia, é vossa e nossa competência isentar. -----

Portanto no dia 14 de agosto foi emitido um comunicado pela Secretaria Regional de Inclusão e Assuntos Sociais, que informava os proprietários das habitações que ficariam completamente isentos do pagamento de imposto municipal de imóveis, tendo para o efeito que se deslocar à Autoridade Tributária. -----

Ora, isto aqui sim constitui uma ingerência das competências desta Casa que o Governo Regional fez, que hoje aqui vamos deliberar e isso sim é que é competência desta Casa e isso sim é que é uma ingerência e extravasar das competências que são do Governo Regional. -----

Em matéria de IMI deliberamos nós, em matéria de recomendações também temos toda a legitimidade de o fazer como o fizemos.” -----

INSCRIÇÕES: -----

1 - O Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, do GMM pediu os seguintes esclarecimentos: se naquela quantidade de prédios estão contemplados os prédios devolutos? Porque se assim for discorda. -----

2 – O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP questionou se de facto o valor atual de construção por metro quadrado em vigor no Concelho do Funchal é de seiscentos e três euros ou de setecentos euros. -----

3 – A Senhora Deputada Municipal Raquel João Martins da Silva, do PPD/PSD informou que sobre a isenção não têm qualquer apontamento a fazer, porque faz todo o sentido devido à catástrofe que aconteceu. -----

Porém, quis esclarecer um ponto relativamente à intervenção do Senhor Vereador Miguel Gouveia, sobre a recomendação que foi tecida pela Câmara Municipal ao Governo Regional



em relação à redução dos impostos. -----

A Câmara poderá e deverá fazê-lo sempre que entender nas várias matérias, o que foi criticado é o impacto dessa medida caso o Governo Regional acatasse a recomendação, uma vez que metade daquele valor equivaleria àquilo que é investido na Educação. -----

--- **O Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** começou por responder:

- **Ao Senhor Deputado Roberto Vieira**, disse que os prédios devolutos ficarão fora do âmbito daquela deliberação, porque têm na sua natureza uma exclusão e por serem agravados a triplicar dentro do IMI. -----

- **Ao Senhor Deputado Gonçalo Pimenta**, esclareceu que setecentos euros por metro quadrado são os valores que foram tomados pelo Gabinete de Apoio à Construção da Cidade, na elaboração do relatório com base numa Portaria Regional. E lembrou que aquela é uma estimativa de despesa fiscal que tem por base o valor patrimonial tributário.

- **À Senhora Deputada Raquel Silva** elucidou que apesar da mesma ter reconhecido que de facto a Câmara tem legitimidade de Recomendar, o Senhor Vereador Bruno Pereira mantém a posição de que essa competência não lhes é permitida, como se comprova na afirmação publicada na página do PPD/PSD, que se transcreve: "O Vereador do PSD na Câmara Municipal do Funchal, Dr. Bruno Pereira, denunciou hoje o facto do Executivo Camarário querer ir além das suas competências ao apresentar uma recomendação ao Governo Regional". -----

Todavia, o que de facto não é das competências do Governo Regional é isentar em matéria de impostos que são da responsabilidade daquela Assembleia. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel João Martins da Silva, do PPD/PSD** rebateu o Senhor Vereador Miguel Gouveia dizendo que na sua intervenção referiu-se sobre aquilo que foi dito naquela Assembleia Municipal, e não pelo que foi dito em sede de reunião de Câmara ou pelo Senhor Vereador Dr. Bruno Pereira. -----

--- **O Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia replicou** que na sua primeira intervenção, disse que iria referir um facto que tinha acontecido e que já tinha sido falado ali e na reunião de Câmara do dia anterior, como depois se poderá comprovar e esclarecer na ata daquela Assembleia. -----

--- **Votação do Ponto nove - Proposta de deliberação sobre a Isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) durante 2 anos para todos os edifícios, total ou parcialmente danificados pelos incêndios ocorridos no concelho do Funchal durante a segunda semana de agosto, em observância do disposto na al. d) do art.º 15º e nº 2 do art.º 16º da Lei n.º 73/2013 de 03/09 e da al. ccc) do nº 1 do art.º 33º, conjugada com a al. c) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09 - Aprovado por unanimidade com trinta e um votos a favor, sendo dezasseis do GMM, sete do PPD/PSD, três do CDS-PP, dois do PCP-PEV-CDU e três dos Deputados Independentes.** -----

--- **Ponto dez - Proposta de Deliberação apresentada pelo CDS-PP sobre o “IMI Familiar”, em observância das als. c) e d) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09, apresentado pelo Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia:** “Falando em nome do Executivo é ponto assente e aceite por todos os presentes que a proposta foi de facto do Vereador do CDS-PP em sede de reunião de Câmara, mas a partir do momento que é aprovada é uma proposta do Executivo à Assembleia, como tal, sendo aprovado por unanimidade, presumo que não haja aqui qualquer tipo de divergência sobre esta matéria. -----

Eu gostaria só de explicar que em matéria de despesa fiscal e atendendo à alteração da filosofia da metodologia de cálculo desta isenção, para um valor fixo pelo número de dependentes, em vez do valor percentual que era o ano passado, nós prevemos uma despesa fiscal de cerca de 223 mil euros à qual se juntam uma isenção de 523 mil euros, que são as isenções automáticas que as famílias automaticamente já recebem ou têm



direito por via dos seus rendimentos. -----

Portanto só para apontar que em matéria de despesa fiscal temos 223 mil euros.” -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu o plenário que aquela proposta não coincide com a que foi enviada no início da semana, pois foi detetado um lapso relativamente à consonância com a legislação em vigor, porque à luz do atual Orçamento de Estado, o IMI Familiar terá de ser reduzido em função de um valor fixo consoante o número de dependentes e não em função de uma percentagem. -----

Efetuada e aprovada por unanimidade essa alteração na reunião de Câmara do dia anterior, foi suscitada e consensualizado na reunião de líderes, que o plenário daquele dia votaria a proposta já adequada ao que a lei permite e consagra, daí haver essa revogação da decisão do dia vinte e dois de setembro e a sujeição àquela Assembleia da decisão tomada no dia anterior, só para única e exclusivamente adequar o seu teor à legislação em vigor. -----

INSCRIÇÕES: -----

1 – O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP expôs que na sequência do que o Vereador do CDS-PP tem vindo a promover dentro do trabalho autárquico, a exemplo da proposta de IMI Familiar do ano passado, este ano consagram também esse benefício que a Lei permite e que têm de ser aproveitado no sentido de alavancar também a taxa de natalidade. Pois face à exposição dos Censos de dois mil e onze, que já por este foi referida, os jovens tendem a diminuir no Concelho do Funchal. --- Além disso a Associação de Famílias Numerosas também já se pronunciou sobre aquela matéria, agradecendo o benefício fiscal que a Câmara Municipal do Funchal está a conceder às famílias daquele Concelho. -----

Também, para além de quererem passar a imagem de transparência de benefício fiscal, querem deixar bem claro que independentemente de ser a bandeira do partido A, B ou C, o fundamental é que no Município do Funchal, através da declaração Modelo 3 do IRS, as

peças com dependentes, sintam que quando entregam essa declaração, vão ter esse benefício. -----

Terminou demonstrando contentamento pelos duzentos e vinte e três mil euros, que o Senhor Vereador Miguel Gouveia expôs, pois aqueles números de facto são quantificáveis e mensuráveis. -----

--- **O Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** subscreve que têm de aproveitar os benefícios fiscais que a lei lhes permite, seja na qualidade de beneficiário, seja na qualidade de gestor público como todos ali o são. -----

Em matéria de políticas de natalidade, a exemplo do que disse no ano passado, reafirma que estas, inscritas no orçamento de estado à custa de receitas que são municipais, não têm a sua concordância porque as mesmas deveriam de facto existir, mas numa política integrada a nível nacional e de receitas do orçamento de estado-----

--- **Votação do Ponto dez - Proposta de Deliberação apresentada pelo CDS-PP sobre o “IMI Familiar”, em observância das als. c) e d) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09 – Aprovada por unanimidade** com vinte e nove votos a favor, sendo quinze do GMM, seis do PPD/PSD, três do CDS-PP, dois do PCP-PEV-CDU e três dos Deputados Independentes. -----

--- **Ponto onze - Proposta de Deliberação apresentada pelo CDS-PP sobre o “Imposto Municipal sobre Imóveis”, em observância das als. c) e d) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, este dispensou a sua apresentação. -----

--- **Votação Proposta de Deliberação apresentada pelo CDS-PP sobre o “Imposto Municipal sobre Imóveis”, em observância das als. c) e d) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09 - Aprovada por unanimidade** com vinte e nove votos a favor, sendo quinze do GMM, seis do PPD/PSD, três do CDS-PP, dois do PCP-PEV-CDU e três dos

